

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Malha fina de 2021 tem 600 mil declarações ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Área econômica enfrenta guerra e vê faltar R\$ 7 bi para gastos já previstos ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setor automotivo tenta derrubar autuações fiscais ..... 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

FISCAIS DA RECEITA FEDERAL Protesto já afeta a produção de eletrônicos ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo segura execução de emendas de relator e investimento ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos de pensão pedem mais tempo para cobrir déficit de 2020 e 2021 ..... 9

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Se cartórios devem informar mortes ao INSS, por que existe prova de vida? ..... 12

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

BC libera hoje site para você consultar se tem dinheiro esquecido em bancos ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste a servidores em ano eleitoral ocorre em 13 estados ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Amcham vê incertezas em pleito e questão fiscal ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O mercado não tem medo de ninguém , afirma ex-diretor do Banco Central ..... 19

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator no Senado quer alíquota única de ICMS sobre diesel, mas opcional ..... 25

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso: semana tem Marco de Garantias e preço dos combustíveis ..... 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas ligados a Lula querem mais gasto público e compromisso de médio prazo para dívida ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Síndrome de burnout: um debate muito além do ambiente de trabalho (Artigo) ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Código eleitoral faz 90 anos com legado de inovações e uso político ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bomba fiscal no Congresso pode passar de R\$ 230 bilhões em 2022 ..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A poupança e a nova Selic (Artigo) ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medidas para conter o preço da gasolina podem ter o efeito contrário ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estoques baixos impulsionam preço global das commodities ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grandes redes montam ofensiva contra "marketplaces" estrangeiros ..... 44

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado analisa 12 pautas prioritárias do governo ..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desemprego, um genérico discurso eleitoral (Editorial) ..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Petróleo volta a pressionar os preços ..... 47

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
ECONOMIA

O que esperar de 2022? (Artigo) ..... 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Desemprego e urnas ..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Diversificação chinesa ameaça as vendas brasileiras ..... 50

# Malha fina de 2021 tem 600 mil declarações

**Cristiane Gercina Luciana Lazarini**

Ao menos 600 mil declarações do Imposto de Renda entregues em 2021 estão na malha fina, segundo dados da **Receita Federal**. O número chega a 1 milhão quando considerado o total de documentos na malha de anos anteriores, que soma 400 mil.

As declarações vão para a malha fina do IR por erros cometidos pelos contribuintes. Dentre as principais falhas estão omissão de rendimentos do titular ou de seus dependentes, erros ao informar gastos com saúde ou a inclusão de dependentes que não atendem as regras do fisco, entre outros.

Para receber a restituição, o contribuinte precisa corrigir o erro, enviando uma declaração retificadora. Antes, porém, precisa saber o que fez o documento ficar retido. Essa informação é obtida no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**.

É preciso ter código de acesso e senha para entrar no sistema. A criação do código e da senha é feita com os números de recibos das declarações de 2021 e 2020. Também é possível entrar no e-CAC utilizando a senha do sistema gov.br.

Após acessar o centro virtual, o contribuinte deve ir em "Serviços em Destaque", acima, do lado esquerdo da tela, e clicar em "Meu Imposto de Renda (Extrato do DIRPF)". As declarações de cada ano aparecem em uma barra azul, acima. O contribuinte pode clicar na de 2021. No entanto, também é possível saber qual foi o erro ao acessar "Pendências de Malha", em "Processamento".

Em "Processamento", há informações detalhadas sobre o IR no link "Extrato de Processamento". É preciso clicar no ano em se quer conferir os dados. Ao abrir o resumo da declaração, estará indicado o motivo que levou o contribuinte à malha fina.

Para fazer a retificação, o cidadão precisa acessar o programa IRPF 2021. Se for necessário, é preciso fazer a atualização. Ao abrir o programa, será exibida uma mensagem alertando sobre uma nova versão. Clique em "Atualizar" e espere a finalização do procedimento.

Há duas opções para fazer a correção. A primeira delas é abrir a declaração, clicando sobre o nome do contribuinte. A segunda é ir direto ao botão "Retificar",

na tela inicial. O símbolo é um R dentro de uma seta de cor de laranja. O programa irá perguntar se deseja continuar. Escolha "Sim".

Para fazer a correção, é preciso ir na ficha exata onde há o erro. Por exemplo, se foi informado um salário menor do que o recebido, a correção deve ser na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ". Preencha com os dados corretos.

Quando concluir a alteração dos dados, o contribuinte deve ir em "Entregar declaração", cujo ícone fica do lado esquerdo. Antes, porém, é indicado fazer a verificação dos dados. Basta clicar no sinal de checagem, em verde, acima.

Pendências vermelhas impedem o envio. As amarelas, não. Confirme os dados bancários e envie o IR. Após 24 horas do envio da retificadora, já é possível checar no e-CAC se o documento foi aceito. Neste caso, a restituição será liberada pela Receita em breve, em um lote residual.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49821>**

# Área econômica enfrenta guerra e vê faltar R\$ 7 bi para gastos já previstos

*Lu Aiko Otta*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

# Setor automotivo tenta derrubar autuações fiscais

***Gilmara Santos De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140)

# FISCAIS DA RECEITA FEDERAL Protesto já afeta a produção de eletrônicos

Iniciada em dezembro e sem previsão para acabar, a operação-padrão dos fiscais da **Receita Federal** está provocando paradas de produção na indústria de aparelhos eletrônicos, dada a lentidão no desembarque de cargas em portos e aeroportos. Mais da metade das empresas (55%) que respondem às pesquisas semanais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) diz enfrentar dificuldades com a chegada de componentes importados. Algumas tiveram de suspender linhas de produção ou pagar multas por atraso de entregas aos clientes.

Humberto Barbato, presidente da Abinee, diz que o quadro se reflete em aumento no preço do produto. O protesto dos auditores ocorre em meio à insatisfação do funcionalismo federal após o governo federal prometer reajuste apenas à categoria dos policiais.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10249>

# Governo segura execução de emendas de relator e investimento

*Idiana Tomazelli*

O governo Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto limitando a execução de emendas de relator, instrumento usado por parlamentares para irrigar seus redutos eleitorais, e despesas de custeio e investimentos nos três primeiros meses do ano.

A medida impõe na prática uma espécie de controle na boca do caixa. Ela é necessária devido ao risco de crescimento de gastos obrigatórios, cuja recomposição precisará ser feita mediante cortes em outras áreas.

Para assegurar a viabilidade dessas reduções, o governo impede que os ministérios façam o empenho (primeira fase da despesa, quando é feito o compromisso com a compra ou a obra em questão) e o pagamento de todos os valores disponíveis no Orçamento de 2022.

O decreto assinado por Bolsonaro limita a execução a uma proporção de 1/18 da dotação disponível por mês até março. O ato foi publicado em edição extra do DOU (Diário Oficial da União) nesta sexta-feira (11).

A medida atinge as chamadas despesas discricionárias, que incluem custeio, investimentos e também as emendas de relator e de comissão, distribuídas em grande parte a aliados do governo.

Caso haja necessidade, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento poderá aliviar a contenção e elevar essa proporção a 1/15, mediante aval prévio da Casa Civil.

As emendas impositivas individuais e de bancada, que são previstas na Constituição e têm divisão equânime entre parlamentares aliados e de oposição, estão blindadas da limitação temporária.

O Orçamento de 2022 reserva R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator, e a proporção mensal regular, sem limitação, resultaria em uma execução de R\$ 4,125 bilhões até março. Mas o governo estipulou um valor menor, de R\$ 2,75 bilhões.

A mesma lógica é observada nas demais despesas discricionárias. Elas somam R\$ 114 bilhões no Orçamento, mas apenas R\$ 19 bilhões ficarão disponíveis nos três primeiros meses do ano. Sem

limitações, o valor seria de R\$ 28,5 bilhões.

O Ministério da Economia vai divulgar em 22 de março sua primeira avaliação bimestral do Orçamento. É neste documento que os técnicos do governo indicarão a necessidade de recompor despesas obrigatórias e cortar de outras áreas.

Como mostrou a Folha, o governo já mapeou a necessidade de ampliar em R\$ 3,1 bilhões os gastos com subsídios de programas como o Plano Safra, devido à alta dos juros.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização -o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Há ainda outras demandas represadas, como a recomposição de R\$ 777,9 milhões do fundo eleitoral. Uma regra estipulada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) prevê que o fundo deve ser de R\$ 5,74 bilhões -o maior da história-, mas o Orçamento reservou apenas R\$ 4,96 bilhões.

O corte de 50% dos recursos de custeio do Ministério da Economia também deve tornar necessária alguma recomposição para a pasta. No início do ano, a necessidade era calculada em torno de R\$ 5 bilhões.

Segundo fontes da área econômica, o objetivo com o decreto é ser prudente na execução das despesas devido aos riscos de crescimento de gastos obrigatórios.

Na sanção do Orçamento, Bolsonaro já precisou fazer um veto de R\$ 3,2 bilhões para recompor despesas com pessoal que haviam sido subestimadas pelo Congresso Nacional. O corte atingiu principalmente o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e o Ministério da Educação, gerando desgaste político.

Na ocasião, as emendas de relator foram blindadas de qualquer corte. Agora, porém, a limitação da execução vai de encontro aos interesses dos parlamentares.

Em ano eleitoral, a expectativa de técnicos do Ministério da Economia é a de que haja pressão pelo

empenho do maior volume possível de emendas ainda no primeiro semestre, para evitar as restrições eleitorais.

A avaliação encontra eco no Congresso Nacional, onde parlamentares da base contam com os recursos das emendas para aumentar suas chances de reeleição.

A lei eleitoral diz que, nos três meses que antecedem o pleito, é vedado realizar transferências voluntárias de recursos a estados e municípios. As emendas se enquadram nesse caso, segundo os técnicos.

A única exceção é quando os recursos servem para garantir a execução de obra ou serviço já em andamento, com cronograma definido, ou para atender a situações de emergência ou calamidade pública.

Dessa forma, empenhos de novas despesas terão de ser feitos até 1º de julho ou após as eleições. Apesar disso, integrantes do Planalto afirmam que há interpretações divergentes e que alguns tipos de empenho poderiam ser feitos no período eleitoral.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**21**

# Fundos de pensão pedem mais tempo para cobrir déficit de 2020 e 2021

**Fernanda Brigatti Nicola Pamplona**

A forte oscilação das Bolsas e a disparada da **inflação** nos dois anos sob pandemia afetaram também o resultado dos fundos de pensão, que viram piorar seus balanços contábeis e, agora, querem do governo um prazo maior para cobrir o déficit nas contas de 2020 e 2021.

A Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**) apresentou a proposta à Previc em dezembro e deve voltar a discutir o assunto em reunião do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Completa) nesta semana.

Luiz Paulo Brasizza, vice-presidente da associação, diz que o prazo maior deve dar às entidades que administram os planos tempo para recuperar os prejuízos. "Precisa ficar bem claro que não se trata de insolvência, mas de um momento do mercado", afirma.

"Tivemos uma situação atípica em 2020 e 2021. Fazer esse plano de ajuste em 2022 pode levar a uma venda desnecessária de ativos e isso não seria bom. Nossa proposta é discutir em 2023 e 2024, quando esperamos que a situação já tenha melhorado."

O adiantamento poderá evitar a necessidade de planos de equacionamento mais agressivos, como aqueles que incluem cobranças extraordinárias em aposentadorias e salários.

Para milhares de aposentados e pensionistas dos maiores planos ligados a estatais, a mera perspectiva de novas cobranças é motivo de tensão.

Atualmente, trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas de Postalis, dos Correios, Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa, já têm mensalmente descontos em seus benefícios e salários para cobrir rombos passados.

A situação do Postalis é a mais delicada. Quarto maior do Brasil em número de participantes, o fundo corre o risco de ficar sem dinheiro para aposentadorias em 2026. Hoje, os participantes pagam contribuições extras para cobrir os déficits de 2012 e 2014, que somavam cerca de R\$ 6 bilhões.

Em 2015, o Postalis fechou o ano com novo déficit bilionário, que levou o fundo a sofrer intervenção pela Previc (Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**) em 2017.

Agora, o fundo aguarda a aprovação de uma consolidação de déficits e de um agressivo plano de reestruturação. O saldo dos equacionamentos de 2012 e 2014, pelos quais os participantes já pagaram cerca de R\$ 450 milhões anuais, será somado ao déficit de 2015 e também ao mais recente, de 2020. Tudo chega a R\$ 8 bilhões.

Carlos Alberto Zachert, diretor de gestão previdencial do Postalis, espera que o plano entre em execução até o fim do semestre. A proposta passou pela direção dos Correios e agora caminha pela burocracia estatal -está na Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais.

Nesse plano, as contribuições extras continuarão praticamente iguais, mas passarão a ser vitalícias -as cobranças feitas atualmente durariam, em média, 16 anos. Aposentados, que hoje pagam 27,30% de seus benefícios, passarão a pagar 26,54%. Para pensionistas, a mordida será de 37,22%. Os funcionários da ativa terão desconto de 17,84% (hoje é de 18,81%). O novo plano também acaba com o pecúlio, reduz pela metade o valor das pensões por morte, e corta 25% no 13º.

O déficit e a baixa solvência do Postalis não são os únicos nós a serem desatados pela gestão do fundo. Os Correios estão na lista de privatizações do governo federal e, ainda que haja o risco de o processo não ser concluído no governo Jair Bolsonaro (PL), a estatal não tem novos concursos há anos e promoveu programas para incentivar demissões. Somente em 2021, 7.000 novos benefícios foram concedidos.

Na Funcef, fundação que gere a previdência dos empregados da Caixa, os assistidos pelos planos mais maduros pagam hoje cerca de 20% do benefício em taxas extras para cobrir rombos do período entre 2014 e 2016. Os planos têm ainda cerca de R\$ 2 bilhões de déficits não equacionados.

Os resultados de 2020 e 2021, mesmo deficitários, não devem levar a novo equacionamento. Segundo o presidente da fundação, Gilson Santana, o déficit deve

ficar abaixo do teto regulatório que determina a cobrança de taxas adicionais para cobrir rombos.

"Nenhum dos nossos cenários indica que a gente vai ter déficit de um tamanho que necessite de equacionamento", diz ele. "O balancete fechado de novembro já é melhor do que o de outubro, que foi preocupante."

A melhora, afirma o executivo, é resultado de uma aposta maior em títulos públicos, que têm rentabilidade atrelada à taxa Selic, aumentada sucessivas vezes pelo Copom para conter a **inflação**. Santana acredita que, com a taxa básica de juros em alta, os resultados tendem a ser melhores em 2022.

Neste ano, a fundação aprovou mudanças no reajuste de um dos planos maduros, substituindo o índice negociado pelos empregados da ativa pelo INPC. Segundo Santana, a nova regra dá mais previsibilidade na gestão dos investimentos, reduzindo a margem para perdas futuras.

A Funcef retomou processos internos para apurar responsabilidades pelos investimentos mal feitos que contribuíram para os rombos de meados da década, que estavam parados durante a pandemia. Resultados das investigações estão sendo enviados para o Ministério Público Federal para ajudar nas ações sobre o tema.

Na Petros, a cobrança extra para o equacionamento de déficit de 2015 e 2018 varia de 10,56% a 13,59% a depender do tipo de plano e da situação de cada participante ao fim de 2019.

Até dezembro, a carteira de investimentos dos planos mais maduros da fundação teve perdas entre 3% e 3,8%, quando a meta seria um ganho de 14%. A entidade diz que o resultado de um fundo deve ser observado no longo prazo para eliminar questões conjunturais.

"A Petros conta com uma carteira de investimentos sólida e diversificada", o que, segundo a fundação, dá condições de recuperação. A fundação também diz ter registrado, em 2020, o primeiro superávit após nove anos consecutivos de déficit em um de seus planos de benefício definido, "consolidando o trabalho de reestruturação conduzido pela atual gestão."

Das estatais que foram alvo de investigações, a Previ, do Banco do Brasil, é a menos afetada. O fundo é o maior em pessoas e em ativos investidos, controla R\$ 232,2 bilhões e tem 544.755 trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Em 2015, também registrou déficit, mas a contribuição

extraordinária foi suspensa já em 2017, graças à rentabilidade dos investimentos ter sido superior à meta atual do ano anterior.

O balanço de 2021 dos 618 planos das 232 entidades representadas pela Abrapp só será fechado no fim de março, mas deverá ficar negativo. Até outubro, dado mais recente, 327 planos de 128 fundos estavam com déficit.

## CINCO PERGUNTAS SOBRE OS FUNDOS DE ESTATAIS

Por que tenho um desconto em minha aposentadoria paga por um fundo de pensão?

Porque o plano que paga sua aposentadoria teve déficit em algum momento nos últimos anos. Desde 2015, a regulação dos fundos de **previdência complementar** fechada prevê que o déficit seja solucionado no ano seguinte.

Por quanto tempo o desconto será feito?

Isso depende de cada plano de equacionamento, nome dado às operações para zerar o déficit. Os participantes dos planos precisam ser informados da duração das cobranças.

Existe algum limite para esses descontos?

Não. Pode chegar a 50% do benefício, por exemplo. Essas contribuições extras, porém, são aprovadas em planos que precisam ser discutidos com os participantes.

O desconto é o único meio de quitar o déficit?

Não. As entidades que administram os planos têm autonomia para tomar outras medidas, como rever investimentos, vender ativos e reduzir benefícios. Nem sempre o plano de equacionamento de déficit resulta em contribuição extraordinária

Consigo barrar ou limitar o abatimento?

Associações de servidores das estatais têm diversas ações judiciais para barrar as contribuições extras. Há ainda processos cobrando responsabilização de gestores envolvidos em gestão temerária ou fraudulenta. Entretanto, não há garantia de vitória.

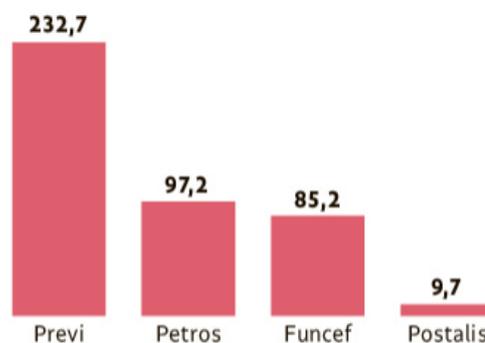
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49821>

## Fundos de pensão das estatais

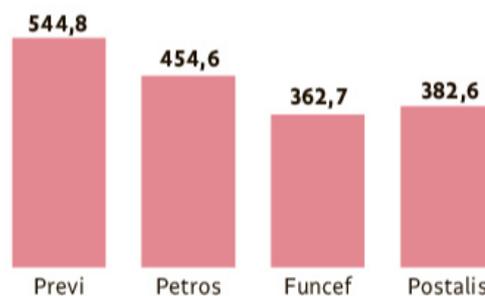
Dinheiro investido

Em R\$ bilhões, dados da Abrapp de out. 2021



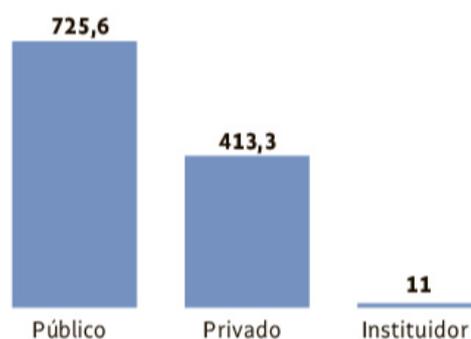
Participantes (na ativa, aposentados e pensionistas)

Em milhares de pessoas



Mercado de planos de previdência fechada

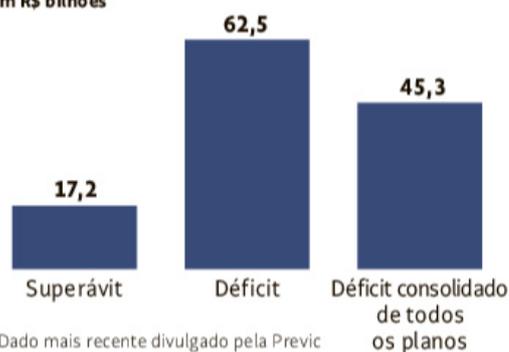
Ativos no 2º.tri de 2021\*, em R\$ bilhões\*



**1,1 tri** é o total de ativos no período

Projeção da Abrapp para 2021

Em R\$ bilhões



\*Dado mais recente divulgado pela Previc

# Se cartórios devem informar mortes ao INSS, por que existe prova de vida?

Anaís Motta

Desde o último dia 3, aposentados, pensionistas e demais beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) não precisam mais ir ao banco comprovar que estão vivos para continuar recebendo seus benefícios, já que este procedimento agora é feito de forma automática, por meio de cruzamento de dados públicos. Mas por que a chamada prova de vida ainda é necessária se os cartórios já são obrigados a informar todos os óbitos registrados no país?

Segundo o **INSS**, a prova de vida é feita anualmente por mais de 36,4 milhões de segurados e funciona como uma barreira adicional contra fraudes. Isso porque, apesar de a lei determinar que os cartórios comuniquem todas as mortes registradas, nem todas o são - e considerar apenas esta base de dados como referência acabaria permitindo o pagamento irregular ou causando a interrupção indevida de benefícios.

O Brasil é um país continental, com mais de 5.500 municípios. Apesar dos esforços dos cartórios e mesmo da previsão de multa por não informar os óbitos, é razoável supor que nem todos são comunicados. Sem contar as hipóteses em que os óbitos não chegam ao registro civil. Por isso foi implementada a prova de vida, explica Kerlly Huback, professor convidado FGV (Fundação Getúlio Vargas) Direito Rio.

A mudança nas regras da prova de vida presencial não afeta o trabalho dos cartórios, que continuam obrigados a informar o **INSS**, em até um dia útil, a relação de todos os nascimentos, casamentos e óbitos registrados, como prevê uma lei sancionada em 1991. Municípios que eventualmente não tenham qualquer acesso à internet têm prazo maior, de até cinco dias úteis.

Procurada pelo UOL, a Arpen (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais) reforçou que os cartórios transmitem os dados de óbitos ao governo federal no prazo de um dia útil, conforme estipula o artigo 68 da Lei Federal 8212/91.

Um decreto de 1999 ainda determina que, caso essas informações não sejam consolidadas e repassadas ao **INSS** até o dia 10 de cada mês, os titulares dos cartórios ficam sujeitos à multa de ao menos R\$

636,17.

Kerlly Huback, da FGV Direito Rio

Apesar de a nova regra ter como objetivo facilitar a prova de vida, Juliana Teixeira Esteves, professora de Direito do Trabalho e **Seguridade Social** da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), questiona se o Estado tem a tecnologia necessária para fazer o cruzamento de dados dos segurados do **INSS** com informações de outros sistemas. Além disso, acrescenta, uma parcela da população - em especial, os marginalizados - pode acabar sendo ignorada no processo e perdendo benefícios a que tem direito.

O governo vai fazer um cruzamento de dados via Dataprev [empresa pública responsável pela gestão da base de dados sociais do Brasil]. O problema é: até que ponto esse sistema consegue cruzar esses dados?, pergunta. Acredito que a gente possa ter problemas. Considerando que você está trabalhando com sistemas diferentes - tem base de dados do **INSS**, da **Receita Federal**, do SUS [Sistema Único de Saúde], dos TREs [Tribunais Regionais Eleitorais], por exemplo -, pode haver perda de informações no meio do caminho.

Juliana Teixeira Esteves, da UFPE

Ela ainda cita como exemplos os problemas registrados com o auxílio emergencial ao longo da pandemia. Nesta semana, a CGU (Controladoria-Geral da União) divulgou ter encontrado indícios de irregularidade no depósito de R\$ 808,9 milhões, só em 2020, a beneficiários potencialmente inelegíveis. Além disso, um balanço da DPU (Defensoria Pública da União), publicado pela coluna Pânico, da Folha de S.Paulo, aponta que o órgão realizou ao menos 630 mil atendimentos relacionados ao benefício entre abril de 2020 e 12 de agosto de 2021.

Nós temos várias denúncias que rolam no Judiciário de pessoas que se enquadravam nos requisitos [para o auxílio emergencial], mas não receberam o benefício por inconsistência de informações. O mesmo acontecia com o Bolsa Família, agora chamado de Auxílio Brasil. Então o fim da prova de vida presencial é uma mudança que pode, sim, excluir parcelas da sociedade, argumentou.

No último dia 2, ao anunciar a mudança na prova de vida, o ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) admitiu que o risco de fraudes sempre vai existir , mas disse que o **INSS** trabalha para reduzi-las ao máximo. Adotaremos uma conduta semelhante ao que fizemos junto com a Dataprev no auxílio emergencial. Vamos usar a tecnologia e a expertise já adquirida para minimizar ao máximo as fraudes , declarou.

Em nota ao UOL , o **INSS** também defendeu o novo modelo. Traz para o Estado a responsabilidade de comprovar que o cidadão segue vivo, e não o contrário. Ou seja: ele libera o cidadão desta responsabilidade , explicou.

O **INSS** agora faz um cruzamento de informações para verificar se os beneficiários realizaram, nos dez meses seguintes ao de seu aniversário, algum ato que conste em bases de dados públicas ou privadas. Se um segurado fez um empréstimo consignado por reconhecimento biométrico, foi a uma agência do **INSS**, tomou vacina, renovou passaporte ou votou em alguma eleição, por exemplo, isso contará como prova de vida.

Quando não for possível essa comprovação, o beneficiário será notificado, no mês anterior ao de seu aniversário, sobre a necessidade de se fazer prova de vida - preferencialmente, por meio eletrônico. A ideia central é evitar deslocamentos , acrescenta Huback , lembrando que, de acordo com o governo, mais de 5 milhões de segurados do **INSS** têm mais de 80 anos.

As mudanças estão valendo desde o último dia 3, mas o **INSS** tem até 31 de dezembro para concluir sua implementação. Até essa data, está suspenso o bloqueio de pagamento de benefícios por falta da comprovação de vida.

Segundo o **INSS**, a modernização do processo não terá custo adicional aos cofres públicos, já que o instituto tem contrato ativo com as empresas envolvidas.

José Carlos Oliveira, presidente do **INSS**

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/14/se-cartorios-devem-informar-mortes-ao-inss-por-que-existe-prova-de-vida.htm>**

# BC libera hoje site para você consultar se tem dinheiro esquecido em bancos

**Anaís Motta**

O Banco Central libera nesta segunda-feira (14) um novo site para consulta a valores esquecidos em bancos por pessoas físicas e jurídicas. A estimativa é de que haja R\$ 4 bilhões a serem devolvidos a 28 milhões de consumidores e empresas só nesta primeira fase, segundo informou o BC ao UOL. A quantia total chega a R\$ 8 bilhões.

O site para consulta havia sido anunciado ainda em janeiro. Mas a novidade animou tanto os brasileiros que o sistema logo ficou sobrecarregado e saiu do ar, fazendo com que o BC suspendesse a operação até que o acesso fosse restabelecido. Agora, a consulta deverá ser feita em uma nova página: [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br).

A devolução do dinheiro poderá ser feita via Pix a partir de 7 de março. Aqueles que não tiverem ou preferirem não indicar uma chave na hora de pedir a transferência serão informados pelos respectivos bancos sobre como será feito o depósito.

Se você não conseguir acessar o site no dia indicado pelo sistema do BC, não se preocupe: volte ao [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br) em outro momento e repita o processo. O sistema vai te informar uma nova data para retorno.

O dinheiro é seu e, portanto, continuará guardado pelas instituições financeiras pelo tempo que for necessário, até que você peça a devolução.

Vale lembrar que, para pedir o resgate do dinheiro, será necessário usar um login gov.br nível prata ou ouro. Caso ainda não o tenha, basta fazer um cadastro gratuito pelo site ou pelo aplicativo gov.br disponível na Google Play (Android) e na App Store (Apple).

A conta gov.br tem três níveis de confiabilidade: bronze, prata e ouro. O primeiro, mais básico, é conquistado logo quando o cidadão se cadastra na plataforma, o que normalmente acontece por meio do formulário online do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou da **Receita Federal**.

Para subir de nível e, assim, conseguir acessar solicitar transferências no [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br), é necessário confirmar sua identidade por meio de

qualquer um dos processos indicados nas plataformas gov.br. Quem quiser ir de bronze para prata, por exemplo, pode validar seus dados no próprio app, via reconhecimento facial.

O único site para consulta e pedidos de transferência de valores esquecidos em bancos é o [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br). O BC não entra em contato direto com os cidadãos para tratar sobre esse dinheiro ou pedir confirmação de dados pessoais. Nunca clique em links suspeitos enviados por e-mail, SMS, WhatsApp ou Telegram, nem faça qualquer tipo de pagamento para ter acesso aos valores.

Nem o BC, nem as instituições financeiras vão exigir que você forneça dados pessoais ou senhas para liberar o dinheiro.

Alerta do Banco Central

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/14/site-consulta-dinheiro-esquecido-em-bancos.htm>

# Reajuste a servidores em ano eleitoral ocorre em 13 estados



Ao menos 13 governadores em ano em que buscam a reeleição, disputar outros cargos ou emplacar seus sucessores concederam reajuste salarial a uma categoria ou mais de servidor estadual.

O aumento foi dado tanto por gestões aliadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto a mais alinhados ao PT, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outros três estados -Roraima, Acre e Piauí- disseram que pretendem reajustar as remunerações ainda neste ano. No caminho contrário, o mineiro Romeu Zema (Novo), candidato à reeleição, já negou aumentar salários do funcionalismo estadual.

Na semana passada, Doria, pré-candidato ao Planalto, anunciou aumento de 20% no salário dos profissionais da Saúde e da Segurança Pública.

As demais categorias de servidores terão aumento de 10% nos vencimentos. O reajuste irá valer a partir do próximo dia 1º de março e será estendido aos aposentados.

No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL) publicou em janeiro um decreto que institui a recomposição salarial para os **servidores públicos** ativos, inativos e pensionistas do estado. O aumento é de 13% já sobre a folha de janeiro, que é paga em fevereiro.

O percentual, diz o governo estadual, corresponde à metade da **inflação** medida pelo IPCA no acumulado entre 6 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

O aumento foi anunciado em meio à tentativa do Rio de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal. O programa é destinado pelo governo federal a estados em situação de fragilidade financeira. O governo entende que a medida não fere o plano de recuperação.

Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) concedeu reajuste geral de 4% para o funcionalismo estadual, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2021, mas com efeito em janeiro deste ano.

Em março, segundo a Secretaria da Administração, mais de 156 mil servidores, aposentados e pensionistas receberão acréscimos de até R\$ 300 no vencimento básico que impactam em outras gratificações, o que pode gerar ganhos reais de até 24% para algumas categorias.

O acréscimo deverá beneficiar 121.955 servidores nas áreas de educação, saúde e segurança pública, como policiais civis e militares, agentes penitenciários, além de aposentados e pensionistas com benefícios vinculados a estas carreiras.

No Ceará, o governador Camilo Santana (PT) concedeu reajuste linear de 10,74% para todo o funcionalismo, dividido em duas parcelas. A primeira já passou a valer a partir de janeiro passado, enquanto a segunda será creditada em maio.

Além disso, na última na quarta-feira (9), foi anunciado um reajuste de 33% no piso dos professores ativos, aposentados, pensionistas e temporários. Ainda foram incorporadas gratificações para servidores em quase todas as secretarias estaduais.

Ainda em 2021, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), sancionou a lei que prevê reajuste de cerca de 9% para todos os servidores, escalonado em duas vezes. A primeira parcela foi paga neste mês, enquanto a próxima será em março.

A partir de março, a remuneração dos professores de 40 horas semanais passará de R\$ 6.358,96 para R\$ 6.867,68. Para professores de 20 horas, os proventos passarão de R\$ 3.179,48 para R\$ 3-433.84.

No governo gaúcho de Eduardo Leite (PSDB), que perdeu as prévias no PSDB para Doria para a candidatura à Presidência, o piso do magistério teve reajuste de 32% na tabela inteira do subsídio desde janeiro deste ano.

Além disso, houve mudança na carreira da Brigada Militar (a PM gaúcha), Corpo de Bombeiros e Instituto-Geral de Perícias, que passaram a receber por subsídio em 2020.

Com o estado em situação de crise fiscal, durante 57 meses, servidores gaúchos tiveram salários atrasados, só voltando a ter pagamento em dia em 2020; o 13º só voltou a ser pago dentro da data no ano passado. O governo gaúcho diz que, neste momento, não há definição sobre reajuste geral para 2022.

No final de janeiro, a Secretaria do Tesouro Nacional aprovou a adesão do estado ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal), que permite o pagamento escalonado da dívida com a União, com compromisso de equilíbrio nas contas.

Como reajustes ficam vedados entre as fases de adesão e homologação do plano, ainda de acordo com o governo do estado, só se poderia discutir eventual reajuste geral do funcionalismo baseado no artigo 37 da Constituição Federal.

No Amazonas, o governador Wilson Lima (PSC) sancionou lei que reajusta as datas-bases de servidores de 11 órgãos estaduais. Os aumentos variam de 7% a 32%, a contar de 1º de janeiro deste ano.

O Governo de Pernambuco informou que as medidas de valorização dos servidores para 2022 estão sendo negociadas com os sindicatos.

Na sexta-feira (11), o governador Paulo Câmara (PSB) anunciou um reajuste de 35% no piso salarial dos professores da rede pública estadual, acima da base nacional de 33% autorizada por Bolsonaro.

Com o aumento, a base para profissionais com carga horária de 200 horas mensais passará de R\$ 2.886,15 para R\$ 3.900,00. Reajuste beneficia 36.124 professores efetivos e temporários e 33.499 aposentados e pensionistas.

Na Paraíba, o governador João Azevêdo (Cidadania), pré-candidato à reeleição, concedeu um reajuste de 10% para todos os servidores estaduais, incluindo os aposentados. O reajuste passou a valer a partir de 1º de janeiro deste ano.

Além disso, as forças de segurança terão incorporadas

em seus salários o valor da bolsa de desempenho, relacionada ao trabalho e produtividade dos servidores da ativa.

Sendo que 20% foram incorporados de imediato e o restante será implantado em 48 meses.

Com esses aumentos, o impacto anual na folha de pagamento do estado será de R\$ 840 milhões, sendo R\$ 253 milhões apenas com as forças de segurança.

Em Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) concedeu reajuste de 10% para todos os servidores. A lei foi sancionada em dezembro de 2021, passando a valer a partir de 1º de janeiro de 2022. Para a PM e os Bombeiros os reajustes chegaram a até 27%. Para a Polícia Civil foram de até 23%. Já para cargos administrativos da educação o aumento chegou a até 33%.

Em Santa Catarina, os reajustes dos salários de servidores foram aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo governador em dezembro de 2021, passando a valer a partir de janeiro de 2022.

Segundo o governo, não há um percentual único de aumento. As recomposições foram feitas de acordo com a defasagem salarial de cada categoria.

Para as forças de segurança pública, o governador Carlos Moisés (sem partido), pré-candidato à reeleição, sancionou lei que aumenta os salários de servidores ativos e inativos.

As bases das carreiras terão aumento de 33% e os níveis mais altos de 21%. O reajuste foi feito em duas etapas, em janeiro e julho de 2022. De acordo com o governo, a categoria não recebia reajuste há sete anos.

Para os professores, foi estabelecida uma remuneração mínima de R\$ 5.000 para quem cumpre carga horária de 40 horas semanais e possui ensino superior.

Em Mato Grosso, os servidores ativos e inativos recebem desde janeiro o pagamento de 7% da Revisão Geral Anual (RGA) sobre remunerações.

O benefício, sancionado pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), será pago aos servidores efetivos, comissionados, civis, militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

O governo do Distrito Federal também vai conceder reajuste para o funcionalismo no ano em que Ibaneis Rocha (MDB) vai buscar a reeleição. O aumento de

salário vai variar de 3% a 22%.

O reajuste começará a ser pago a partir de maio para todos os servidores, com um impacto de cerca de R\$ 100 milhões mensais e R\$ 1,1 bilhão em todo o ano de 2022. Serão contemplados 116,5 mil servidores da ativa e 50 mil inativos.

O governo do DF explicou que os reajustes que serão concedidos neste ano se referem a uma legislação aprovada em 2013, ainda no governo de Agnelo Queiroz (PT), sobre reestruturação de carreiras.

No entanto, apenas as duas primeiras parcelas anuais foram pagas - em 2013 e 2014. A terceira, que ainda estava pendente, será paga pelo governo local neste ano.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49821&anchor=6450065&pd=b481d42314d1bbae11825a888cf6f62>**

# Amcham vê incertezas em pleito e questão fiscal

**Marcelo Osakabe**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Amcham vê incertezas em pleito e questão fiscal

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

# O mercado não tem medo de ninguém , afirma ex-diretor do Banco Central

**Vicente Nunes**

Ex-diretor do Banco Central e estrategista-chefe da Wealth High Governance (WHG), Tony Volpon acompanha a economia brasileira dos Estados Unidos, onde mora e trabalha, e reconhece que a imagem do país lá fora precisará ser reconstruída. A foto é muito ruim, sobretudo na questão ambiental , admite. Mas ele acredita que, depois de todos os sacrifícios feitos nos últimos anos, o país tende a dar uma importante virada se o próximo presidente da República não se render ao populismo nem ao radicalismo.

Para o economista, apesar do quadro polarizado, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) liderando as pesquisas, uma terceira via ainda poderá ser viável. Contudo, a grande novidade do momento é a aproximação de Lula com o ex-tucano Geraldo Alckmin, que agrada parte dos investidores. Ele garante, que, por enquanto, o mercado não está precificando as eleições, porque tanto o petista quanto o chefe do Executivo são avaliados como iguais. O mercado não tem medo de ninguém neste momento , frisa.

Volpon não acredita que, com as eleições se aproximando, haja disposição do Congresso em aprovar reformas constitucionais, como a administrativa e a tributária. Mas ele vê o quadro fiscal melhorando, saindo de um deficit estrutural de mais de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2014, para 0,5%. Por isso, avalia que, se o próximo presidente souber administrar essa vantagem, fazendo um bom programa econômico, incluindo as reformas, haverá espaço para o Brasil voltar a crescer.

As pessoas não percebem essa melhora estrutural das contas públicas devido ao pessimismo exagerado no país, porque os últimos 11 anos foram muito ruins, afinal, o quadro fiscal começou a desandar em 2011. Agora, estamos na boca do gol. Quem for o próximo presidente tem que, simplesmente, chutar a bola para dentro , afirma Volpon, que se define como um radical de centro .

O estrategista da WHG e sua equipe ainda preveem um cenário de recessão para o Brasil, com quedas no **PIB** neste ano e no próximo de 0,3% e 0,5%, respectivamente, longe, portanto, do observado em 2015 e 2016. Sendo assim, o debate econômico na

campanha eleitoral, na opinião dele, precisará ser focado na recuperação da economia. Já pagamos o preço. O deficit estrutural está perto de zero. Não vamos morrer na praia por desespero , afirma.

Será preciso, porém, ter em mente que o combate à **inflação** é uma prioridade de qualquer governo. O economista lembra que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que não conseguiu evitar carestia de dois dígitos, e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que está convivendo com a maior **inflação** desde 1982, de 7,5% ao ano, perceberam isso. Biden tem enfrentado vários problemas. Ele descobriu aquilo que Dilma descobriu e Bolsonaro, agora, talvez esteja começando a descobrir, que é o seguinte: **inflação** não ganha voto , resume. A seguir os principais trechos da entrevista de Volpon ao Correio.

Estamos em mais um ano de eleição. Como os investidores estão vendo o Brasil? Dá para ter confiança no país?

Para o investidor internacional, dado um cenário global de juros mais altos e **inflação** mais elevada, em que o ajuste de juros nos Estados Unidos deve ser relativamente gradual, é, até certo ponto, surpreendente que esse quadro esteja ajudando os mercados brasileiros - a Bolsa está em alta e o dólar, em baixa. Neste momento, o investidor está procurando um tipo de empresa que é mais representado na nossa Bolsa. São companhias cujas ações estão sendo transacionadas a preços relativamente baixos, não são caras frente ao lucro que têm. Não têm uma taxa de crescimento muito acelerada, mas têm boa rentabilidade, diferentemente, por exemplo, da Bolsa norte-americana, onde há muitas empresas que não pagam dividendos, têm um crescimento de lucro acelerado e são associadas, por exemplo, ao setor de tecnologia. O mercado, hoje, em função da mudança de postura do Fed (Federal Reserve, o banco central norte-americano), tem procurado empresas mais do setor de commodities e do setor bancário. E o Brasil tem boas companhias nesses setores. Por isso, em janeiro, o país teve uma entrada recorde de investimento na Bovespa de mais de R\$ 34 bilhões, um recorde para o mês. Tivemos, com isso, uma coisa relativamente rara: a Bolsa brasileira subiu no mês de janeiro e a norte-americana caiu. Normalmente, a nossa Bolsa segue a norte-americana.

Esse movimento é consistente?

Esse movimento, talvez, não seja pontual, porque vamos estar em um processo de alta de juros nos Estados Unidos com **inflação** muito alta, de 7,5% ao ano, que é um patamar extremamente alto para a economia norte-americana. É a maior em 40 anos. Então, a chave desse raciocínio é a velocidade do aumento de juros do Fed. O mercado, hoje, ainda acredita em um processo muito gradual, e isso é bom para o Brasil. O risco é o Fed acelerar muito o aumento de juros. A aposta ainda é de um ajuste para 2,5% ao ano até 2023. Se isso se confirmar, não diria que é um cenário perigoso para o Brasil. Mas se 2,5% virar 4%, aí, complica. Por incrível que pareça, essa mudança de postura do Fed, de querer subir mais os juros, em um primeiro momento, ajudou o mercado brasileiro. Confesso que não tinha isso no meu cenário. Isso dá um vento favorável para a nossa economia. Vamos dizer, o vetor externo favorável no primeiro momento.

Isso acabou derrubando o dólar, o que é bom para a **inflação**.

Quando os recursos estrangeiros entram no Brasil, o real se valoriza, com o dólar ficando entre R\$ 5,20, R\$ 5,25, podendo até baixar mais. Isso acaba ajudando na questão da **inflação** e tem aqueles efeitos secundários positivos, permitindo ao Banco Central, em algum momento, cortar os juros mais rapidamente. O BC ainda está muito preocupado com a **inflação**, e a última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) veio com um discurso mais duro na ata (na terça-feira passada) do que o esperado, fazendo o mercado aumentar as previsões de juros, mais uma vez. A mediana estava em 11,75% e, agora, deve ir para 12,25%. Talvez outro processo, espero eu, que pode dar um segundo vento, agora mais doméstico, é a **inflação** começar a ceder com os juros mais altos. Aí o mercado começa a precificar um corte de juros mais rápido, pelo menos, essa é a minha expectativa, que pode ajudar a economia. Mas não é algo que esteja precificado no mercado, neste momento.

Quais são as suas expectativas para a **inflação**?

Nossos economistas ainda estão trabalhando com IPCA de 5% em 2022. Mas acho que tem risco para baixo. No segundo semestre, podemos ter um processo de queda da **inflação** muito mais rápido do que o mercado está esperando neste momento.

Por quê?

Em parte, por causa do câmbio. O mercado ainda não está contabilizando essa queda do dólar como sendo

algo permanente, porque se queimou muitas vezes. Lembrem que, no ano passado, o dólar chegou perto de R\$ 5 e até ficou abaixo. Mas disparou (com as polêmicas do presidente Jair Bolsonaro) no Sete de Setembro, (de ameaças à democracia), e em outros eventos, como a questão do teto de gastos em outubro (com a PEC dos Precatórios, que acabou com a credibilidade do único marco fiscal vigente), e voltou para o patamar de R\$ 5,60 e R\$ 5,70. O mercado está um pouco mais cuidadoso. Sabe aquela coisa: errei uma vez, a culpa é sua; errei duas vezes, a culpa é minha. O mercado está um pouco cético e não quer precificar essa valorização do real nas suas projeções. A maioria ainda está com projeção para o dólar entre R\$ 5,50 e R\$ 5,60.

Mas agora, de qualquer forma, estamos em um ano eleitoral. Esse movimento mais positivo do mercado já está precificando as eleições ou ainda não?

O quadro eleitoral hoje tem duas candidaturas competitivas. E ainda não há uma terceira via que parece ser viável neste momento, mas isso pode mudar. O mercado está vendo qualquer um desses dois resultados relativamente como iguais. E não mostra, neste momento, uma grande preferência ou um grande medo também. Você pode ver por dois ângulos: não tem medo de nenhuma dessas duas candidaturas e parece não ter uma enorme preferência. Por isso, não parece ser algo que esteja fazendo preço. Não dá para ficar apostando muito no resultado nove meses antes do pleito. E, também, não dá para saber a eventual política econômica. Na medida em que o ano for caminhando, o mercado vai começar a fazer mais preço, começa a ficar mais tangível. Ao que me parece, frente à liderança e ao favoritismo, pelo menos do Lula, isso não está fazendo muito preço negativamente, o que seria talvez alguma coisa que muitos esperaríamos.

Sabe-se, hoje, o que é Bolsonaro no governo e o que é a política econômica de Paulo Guedes. Há algum medo em relação a Lula do mercado?

Eu não vejo. É o que eu estou dizendo. O mercado não está mostrando grande preferência. O que parece estar fazendo preço, neste momento, são mais fatores externos, como a questão do Fed e essa entrada de dinheiro nos nossos mercados. Agora, o mercado não gosta muito dessas PECs dos Combustíveis (há uma na Câmara e outra no Senado).

Como não gostava também da PEC dos Precatórios.

Exatamente. O mercado vê isso (as PECs) como algo que tem um custo fiscal muito alto. Não acredita que o suposto excesso de arrecadação (alardeado por Guedes) seja permanente. De fato, a foto fiscal atual é

muito boa (devido ao superavit primário nas contas do setor público consolidado em 2021), mas o mercado não acredita que isso é para sempre. Então, não é para ficar gastando dinheiro, porque, naturalmente, a previsão do mercado é de que os deficits (das contas públicas) voltarão a se manifestar. Tem um discurso de que há um excesso de arrecadação. Tem alguns falando isso para gastar. O mercado acredita que não, que é algo pontual e não estrutural. Mas, apesar de o mercado não gostar das PECs dos Combustíveis, o dólar continua caindo. Se o fator externo positivo não existisse, como no fim do ano passado, com qualquer notícia fiscal negativa, o dólar dispararia.

Se olharmos para a geopolítica, com tensões globais por conta da crise entre Rússia e Ucrânia, isso não preocupa o mercado?

Isso ainda não está fazendo preço. Obviamente, o mercado está monitorando a questão da Ucrânia, mas não é isso que está precificando o mercado. É importante entender que esse quadro pode mudar radicalmente de um momento para outro. Se houver, de fato, uma invasão da Ucrânia, vai fazer preço. Mas, neste momento, não. Notícias fiscais não muito animadoras, frente a uma questão geopolítica também potencialmente complicada, podem mudar tudo. Agora, o Brasil não foi o único país que se beneficiou dos ventos favoráveis provocados pelo Banco Central dos Estados Unidos. Bolsas de vários países da América Latina também subiram no mês de janeiro: Peru, Chile, Colômbia. Empresas do setor de commodities, que estavam operando com preços relativamente baixos, estão baratas, pagam dividendos, e o investidor está procurando esse pagamento de dividendos. O setor bancário também está operando muito barato. De novo, foi bom para o Brasil, mas não foi uma história explicitamente brasileira, porque afetou outros países também. Vale lembrar que 65% da Bovespa se encaixam nesse grupo de ações que, agora, entraram na moda e no gosto do investidor global.

Esse tipo de investidor, no entanto, é arisco, e pode sair do Brasil a qualquer momento.

De fato, ele está ciente de que a economia brasileira terá um crescimento muito baixo, que a **inflação** está alta, os juros subiram. O investidor não está ignorando isso, está diferenciando a foto do filme. A foto talvez seja negativa. O ano de 2022 pode ser recessivo, de **inflação** firme e de juros indo para cima de 12%. Essa foto é ruim. Mas, quando o investidor olha para frente e vê que, provavelmente, a **inflação** deve cair e que, em algum momento, os juros vão baixar, tem essa entrada de capital que pode ser positiva. A eleição talvez não esteja fazendo preço, podendo ser bom ou ruim, mas não sendo impeditiva de se fazer

investimento. Quando o investidor olha para esse conjunto, há uma percepção de que parece que vai melhorar.

Por quê?

No Brasil, fazendo um contraponto com os Estados Unidos e, também, com a Europa, o país está no fim do ciclo de aperto monetário. E se o juro vai acabar em 12% ou 13%, eu não sei. É aquele ajuste fino de final de ciclo, que é muito difícil prever. Mas, de qualquer maneira, ninguém está prevendo que o Banco Central continue subindo os juros até o fim do ano. Vai demorar uma reunião a mais ou duas do Copom. Mas estamos no fim. E a **inflação** vai cair por causa desses juros altos. Já os Estados Unidos estão no começo desse processo. Por lá, a **inflação** está muito alta e a economia está crescendo 5%, mas vai crescer menos. Aqui, deve crescer perto de zero este ano, salvo engano. Ninguém, neste momento, está prevendo uma recessão profunda como a de 2015-2016. Vai ser, no máximo, uma recessão leve, e aí volta a ter algum crescimento econômico, até em função de uma eventual queda dos juros e da **inflação**. É como se nós estivéssemos no pior momento, mas isso implica que, batendo no fundo, deve ter uma melhora. Os ativos brasileiros estão mais baratos quando olhamos para a Bolsa e para o câmbio. É um filme que está melhorando. A foto está feia, mas o filme tende a melhorar com o mercado barato. O mercado norte-americano é quase um espelho. É um filme que tende a piorar com o início do aperto monetário, com o mercado extremamente caro. Aí, o investidor global olha para isso. É verdade que ele acabou carregando o mercado dos EUA para cima e empurrando o mercado brasileiro e outros emergentes para baixo. Agora, o gringo está aqui falando que foi demais e faz um movimento ao contrário: o mercado norte-americano vai ficar um pouco mais barato e o mercado brasileiro vai ficar um pouco mais caro, e vai ter um pouco mais de fluxo.

Quando, efetivamente, as eleições vão entrar no radar dos investidores?

Primeiro, acho que tem que definir as candidaturas. Obviamente, a grande novidade tem sido uma articulação de uma possível candidatura de Geraldo Alckmin como vice de Lula. É uma surpresa, ninguém estava pensando nisso como possibilidade, até que surgiu como novidade. Mas ainda não foi confirmada, o primeiro passo é confirmar. A partir dessas confirmações, o mercado começa a precificar mais a eleição. Eu não acredito que a eleição esteja fazendo preço, nem para um lado, nem para outro.

Na visão dos investidores, há chances de uma terceira via vigorar?

Chance sempre tem. Mas, até agora, olhando para as pesquisas, nenhuma se destacou.

Para os investidores, é melhor uma terceira via ou tanto faz?

Não quero personalizar, fulanizar. O que o mercado gostaria de ver é estabilidade. Temos passado, até em função da pandemia, por um período de muitas mudanças, de muita volatilidade na economia e na política. Então, o que se quer é mais estabilidade, um processo mais ordenado e políticas conduzidas para o crescimento econômico. Se existe uma agenda comum que deveria unir todos nós é a de que, sem crescimento econômico, ninguém vai para frente.

Sem crescimento econômico não tem inclusão social.

E, também, não tem lucro para o empresário. Ninguém ganha. Estamos naquele jogo do perde-perde. O que todos queremos é um jogo ganha-ganha. Acho que podemos discutir vários pontos de política econômica, ter vários debates, mas já está comprovado que voltamos, talvez, a pensar que tem algum consenso ao redor da ideia de que tem que ter uma certa estabilidade fiscal, tem que ter uma regra fiscal, uma âncora fiscal. Não tem que ser o teto de gastos de 2016, mas também não pode ser nada. Só porque você não gosta do teto de gastos, e eu já fiz várias críticas desde a aprovação da regra, não implica que, agora, não deve haver nenhuma regra. Quem ganhar as eleições tem todo direito de mudar a regra via caminho legislativo normal, já que o teto está na Constituição. No Brasil, a Constituição tem mudado bastante, como a gente tem visto, mas acho que tem algumas coisas consensuais. **Inflação** baixa é bom, ninguém está gostando de **inflação** de 10%. Alguma regra fiscal é bom, tem que ter uma certa âncora. O mercado financeiro e o empresariado querem ver uma certa convergência ao redor dessas pautas mínimas. É muito difícil argumentar contra elas. Tem gente que argumenta, obviamente. E quando o mercado olha, hoje, para o leque de candidatos com mínima viabilidade, vê que tem um certo consenso ao redor disso, pelo menos. Por isso, acho que o mercado não está mostrando muito favoritismo a qualquer candidatura e não está fazendo muito preço.

Mas o mercado não tem

medo de Lula?

O mercado não tem medo de ninguém neste momento.

Independentemente do resultado das eleições, em 2023, vamos ter um país muito dividido, dada a

polarização que vemos hoje. O senhor está vendo isso nos EUA após a disputa entre Biden e Trump, que deixou o país rachado. Até que ponto essa divisão está atrapalhando por lá e que problemas podem se repetir no Brasil?

Nos Estados Unidos é um pouco diferente, porque tem um sistema bipartidário, basicamente. Lá, a divisão é um pouco 50% e 50% mesmo. O Brasil tem um sistema político com excesso de partidos. Biden tem enfrentado vários problemas. Ele descobriu aquilo que Dilma descobriu e que Bolsonaro talvez esteja, agora, começando a descobrir, que é o seguinte: **inflação** não ganha voto. Se olharmos para Biden, ele tem uma economia crescendo 5%, mercado de trabalho em pleno emprego, só que a **inflação** está acima de 7,5% ao ano e ele está perdendo popularidade a cada pesquisa que é divulgada. E é muito provável, pelo menos neste momento, que os democratas vão perder tanto o controle da Câmara quanto do Senado.

A **inflação** cobra seu preço?

**Inflação** não dá voto. A classe política teima a aprender que medidas que podem até aumentar o gasto temporariamente, mas que acabam gerando um impacto inflacionário negativo, são ruins para, vamos dizer, o resultado político que eles querem. Aquela coisa do teto de gastos: eles mudaram o limite para aumentar o nível de gastos (com a PEC dos Precatórios). O dólar foi lá para cima, a expectativa de **inflação** e a **inflação** subiram, o Banco Central vai ter que aumentar os juros ainda mais. É muito difícil, a meu ver, argumentar que tudo isso vai resultar em um saldo político positivo. A experiência histórica e, agora, até comparando países e falando um pouco do Biden, mostram isso: **inflação** não dá voto. Se você quer ser um político popular e ser reeleito, controle a **inflação**.

O atual Congresso está mais ajudando ou mais atrapalhando?

Acho que a pauta legislativa é diferente de uma pauta do Executivo. Quando se tem gastos vindo do Congresso, normalmente, são direcionados a uma base política, que pode ser, muitas vezes, regional. E quando o eleitor vê um gasto na sua cidade, na sua região, ele gosta e tende a associar esse gasto como sendo algo positivo ao deputado que trouxe o recurso. Mas, se esse mesmo gasto, quando generalizado, acaba tendo um impacto macroeconômico negativo, isso é associado ao presidente. Aquele mesmo eleitor gosta daquele gasto, mas a **inflação** está em 10% e, vamos dizer, teve o impacto negativo, o presidente perde popularidade. O que muitas vezes não se entende é que não há um alinhamento automático de interesses entre essas duas pautas. Tem que ter um agente intermediário, que pode ser o próprio

presidente, pode ser o ministro da Economia, enfim, tem que ter alguém olhando para essas duas dimensões da questão e trazer um certo equilíbrio entre elas. Obviamente, ter gasto na base é importante, e é até justificável. Tem que ter hospital, ponte, mas tem que ser um gasto que não gere um efeito negativo macroeconômico que será debitado na conta do Executivo e do presidente. O eleitor olha e fala: se tem desemprego, baixo crescimento e **inflação**, a culpa é do presidente. O contrário também é verdade. Se tem baixa **inflação**, crescimento e muito emprego, o mérito é do presidente. E, quando ele olha para a cidade dele, é prefeito e deputado fazendo obra.

Por isso, gasto público tem que ser de qualidade.

Tem que ser de qualidade, tem que ser do tamanho que não bagunce a macroeconomia. E, obviamente, isso muda. Tem período em que se pode gastar mais e tem período em que se tem que gastar menos. Por exemplo, olhando os últimos 20 anos, durante o boom de commodities entre 2003 e 2010, foi um período em que se teve muito crescimento, muita receita e dava para gastar muito. O problema na passagem para o governo Dilma foi que se acreditava que aquele crescimento econômico e de receita eram permanentes. O que se descobriu no primeiro mandato da Dilma, começando em 2011, um aprendizado duro e lento, foi que aquele crescimento de 4,5% na receita tributária não era permanente. Houve uma mudança de regime, a receita caiu, mas o nível de Orçamento ficou engessado ao redor daquilo que era supostamente permanente. E muito da história entre o primeiro mandato da Dilma até hoje foi de encolher - começando por Joaquim Levy (ex-ministro da Fazenda), passando pelo teto de gastos - o Orçamento para caber dentro do crescimento econômico. A boa notícia é que houve esse encolhimento. O deficit estrutural passou de 4,5% do **PIB**, em 2014, e, hoje, algumas estimativas apontam para 0,5% do **PIB**. Então, estamos muito perto de ter o equilíbrio fiscal. Foi feito um ajuste nos últimos anos, a duras penas.

Mas esse ajuste foi feito por meio dos investimentos e não estrutural do ponto de vista de outros gastos obrigatórios.

Tudo bem, você pode questionar a qualidade, mas o crescimento do gasto teve ajuste. O congelamento dos salários dos servidores por dois anos durante a pandemia foi positivo, porque mudou a base, que ficou menor. Mas, obviamente, se partir de agora, se forem repor tudo, aí o bolo cresce e vai ser uma decisão futura que deverá ser respondida pelo próximo presidente. Se, a partir de agora, for simplesmente expandir o bolo, será negativo, porque esse deficit

estrutural, que está em 0,5%, volta a ser de 1%, 2%... O que deve ser feito é tornar esse ajuste mais estrutural, com uma reforma administrativa, e não um mero congelamento de salários. E, do outro lado, (é preciso) algum tipo de ajuste na questão tributária, que pode ser, num primeiro momento e temporariamente, um aumento de **impostos**, obviamente, distribuindo esse tipo de carga sobre quem pode pagar mais. Não é aumentar a carga tributária em cima do pobre. É o cara do andar de cima que pode pagar mais. Mas tem que fazer uma reforma do gasto para zerar o deficit estrutural, de forma sustentável. Temos a oportunidade de tornar esse ajuste estrutural. É uma escolha. Não estamos fadados a explodir de novo.

Como assim?

Podemos jogar seis anos de sacrifício por meio de um conjunto de más decisões ou podemos consolidar esse ajuste fazendo escolhas difíceis, ajudando do lado da receita e do lado do gasto, trabalhando os dois de tal maneira a tornar a percepção disso permanente. Aí, vamos colher benefícios em termos de queda na taxa de juros, uma melhor qualidade das despesas, fazer mais investimentos, e, por aí, ter crescimento econômico. Sem crescimento econômico não há solução para nada, volta o jogo perde-perde. No primeiro ano do governo Lula, foi possível fazer ajuste fiscal e, também, gastou-se mais dinheiro, porque foi um período de fartura que acabou não sendo permanente. Sei que muita gente critica a Dilma, eu também critiquei. Mas ela realmente enfrentou a queda estrutural daquela taxa de crescimento e muitas razões internas e externas que geraram o buraco fiscal. A história do ajuste fiscal começou com ela e Joaquim Levy. Eu não compro a narrativa de que foi tudo o teto de gastos. O Levy teve uma contribuição, o Nelson Barbosa (que assumiu depois), também. Desde lá até hoje, houve um processo, com idas e vindas, de fechar esse deficit que estava em 4,5% do **PIB** para 0,5%. As pessoas não percebem isso, com o pessimismo exagerado no país, porque os últimos 11 anos foram muito ruins, porque o quadro começou a desandar em 2011. Agora, estamos na boca do gol. Quem for o próximo presidente tem que simplesmente chutar a bola para dentro.

Mas é possível crescer com o desarranjo fiscal contratado com PEC dos Precatórios e PEC dos Combustíveis, se for aprovada, além das pressões do funcionalismo por reajuste?

É preciso fazer a **reforma tributária** e uma reforma administrativa. Casa uma com a outra para ter algum aumento de receita. O funcionalismo vai ter que ter aumento, mas tem uma questão demográfica no funcionalismo. Tem muita gente se aposentando que entrou durante a expansão do serviço público com a

Constituição de 1988. Agora, não se tem de repor tanta gente. Podemos ter um funcionalismo menor, mas mais produtivo, trabalhando com novas tecnologias e com mais incentivo, com ganhos de eficiência, que acaba custando menos. Quando se olha para a massa que é gasta com funcionalismo em relação ao **PIB**, é possível fazer uma reforma administrativa repondo as vagas dos aposentados em uma nova estrutura. Não é gastar menos com o funcionalismo, mas aumentar a produtividade do serviço público brasileiro. Se fizer isso e uma **reforma tributária**, você dá o chute final para o gol.

Mas que **reforma tributária** o senhor acha que precisa ser feita?

Acho que o caminho é uma fusão das duas propostas que estão no Congresso, a da Câmara e a do Senado, bem pensada. Elas já estão lá. E não dá para fazer uma **reforma tributária** na porrada. Tem que ser estudado, debatido e trazer todos os agentes relevantes.

A votação da reforma do Imposto de Renda do ministro Paulo Guedes, por exemplo, foi atropelada na Câmara.

Foi uma coisa meio maluca. Quando todo mundo atropela, é uma m. Tem que fazer uma reforma bem pensada. Se funde as duas propostas do Congresso e fecha o deficit estrutural, o país pode voltar a crescer, os juros vão cair.

Quais as suas previsões para o **PIB** deste ano e de 2023?

Nossos economistas, hoje, não estão precificando nada disso mais positivo que eu estou falando, porque é tudo especulativo. Não sei se haverá essa reforma administrativa. Não sei se haverá **reforma tributária**. Não sei quem vai ganhar a eleição. A única coisa que a gente está precificando é o efeito desse aumento de juros. Então, a gente tem, de fato, a economia caindo 0,5% em 2023, depois de recuar 0,3% neste ano. Não estamos precificando reformas, nem eleições. É como no piloto automático com Selic indo para 12%.

Por que tem tanta decepção com Bolsonaro?

Eu prefiro não responder.

Neste ano, tem espaço para alguma reforma?

Não.

E as PECs dos Combustíveis, o senhor acha que podem avançar?

Parece que algo vai sair. Tem gente no Congresso e no Executivo trabalhando para isso.

Qual é o maior desafio do

próximo presidente?

Consolidar os ganhos e sacrifícios que já foram feitos e se beneficiar. Podemos ter a fase positiva do sacrifício. Sabe aquela coisa do regime? Eu sofro, perdi peso e agora vou ter mais saúde. O país já fez muito regime. É preciso ter consciência que isso já foi feito e não demora muito. De novo, a bola está na frente do gol, Mas tem que ter um esforço final, senão a gente morre na praia. Foram 10 anos muito sacrificados. Se fizer besteira, joga tudo fora. O debate econômico deveria se nortear por isso. Estamos lá. E olhando para o leque de candidaturas, qualquer candidato que tenha essa noção, desde que faça isso, podemos ter um bom período. Mas tem que ter alguma regra fiscal, se é regra A, B ou C, isso é menos importante, desde que tenha uma regra fiscal crível. Ficar argumentando muito que não pode mudar a regra do teto e tem que manter até a morte, eu sempre fui contra isso. Pode mudar a regra, desde que seja outra que tenha um bom raciocínio. Há vários economistas falando sobre um gasto inicial em 2023. Não é o fim do mundo. Não tem nenhum problema, desde que haja uma regra que mantenha o controle dos gastos e da dívida pública. Não será o fim do mundo, mas os juros devem demorar para cair. Ou pode ter uma outra proposta de não aumentar o gasto extra e apostar na queda dos juros. Aí, você está apostando mais na política monetária do que na fiscal. É outro approach. Honestamente, sou um pouco indiferente. Vai depender muito do momento e da credibilidade da comunicação. Mas, desde que se tenha a consolidação fiscal e a priorização de reformas, o grande sacrifício que já foi feito nos levará a algo mais perene e sustentável.

O Brasil está com uma imagem muito ruim lá fora. Vai mudar?

Depende de nós.

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/02/4985075-o-mercado-nao-tem-medo-de-ninguem-afirma-ex-diretor-do-banco-central.html>

# Relator no Senado quer alíquota única de ICMS sobre diesel, mas opcional

**Idiana Tomazelli**

Relator de dois projetos que buscam baixar os preços dos combustíveis, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) quer propor a instituição uma alíquota uniforme de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o diesel, mas sua adoção seria opcional aos governadores.

As mudanças foram indicadas pelo relator em documento enviado a lideranças na noite deste domingo (13) e obtido pela Folha. Os detalhes serão apresentados em reunião nesta segunda-feira (14).

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados adotava a mudança de forma impositiva e com alcance amplo para todos os combustíveis, inclusive a gasolina. A medida era apoiada pelo Ministério da Economia, mas criticada pelos governadores.

Hoje, a cobrança de ICMS sobre combustíveis é feita com a aplicação de um percentual sobre o preço (mecanismo chamado de "ad valorem"). Em momentos de alta nos valores cobrados, os estados observam um aumento na arrecadação.

O projeto modifica esse sistema para uma cobrança fixa por litro de combustível (sistema chamado de "ad rem"), como já ocorre na cobrança dos **tributos** federais sobre combustíveis.

A aprovação do texto vinha sendo articulada pelo próprio governo Jair Bolsonaro (PL), numa tentativa de conter o aumento dos preços dos combustíveis. Os governadores, por sua vez, argumentam que a mudança no ICMS não é fato determinante para os preços.

Em seu parecer, Prates torna a alteração opcional, ou seja, os estados poderão determinar se as alíquotas serão cobradas sobre o preço ou por litro adquirido. Além disso, as modificações valerão apenas para o diesel - e, por consequência, para o biodiesel.

O senador explicou à Folha que decidiu atrelar as medidas inicialmente ao diesel em seu relatório por se tratar da questão mais impactante no momento e por sua alíquota ser menos variável entre os estados. No entanto, ele afirma que, em caso de sucesso, pode ampliar para outros combustíveis e para o gás de

cozinha.

"A cada estado competirá, e a eles em coletivo também via Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária], definir exatamente as alíquotas e os termos de aplicação. Isso não pode ser feito por uma lei complementar do Congresso em cima da dimensão estadual", explicou o senador.

Para ele, também seria inconstitucional incluir na lei qual deve ser a base de cálculo para a definição da alíquota fixa sobre o litro. Por isso, esse ponto também poderá ser definido pelos estados.

"Estamos trabalhando num mecanismo efetivo, mas ele é uma caixa de ferramentas colocada na mesa do governador para que possa atuar", afirmou.

Pelo texto repassado aos líderes, a regulamentação permitiria a aplicação do chamado ICMS monofásico, isto é, uniforme em todo o território nacional e cobrado apenas uma vez. As alíquotas poderiam, porém, ser diferenciadas por produto. Os estados também teriam autorização para reduzi-las, com previsão de restabelecimento no mesmo exercício.

Segundo Prates, quaisquer mudanças não seriam implementadas de maneira imediata e dependeriam de regulamentação do Confaz, para evitar atropelos ou insegurança jurídica. O senador petista disse ainda que o ideal seria todos os estados adotarem uma tributação uniforme, mas reconhece as dificuldades para que isso aconteça.

"É uma proposta construída e dialogada junto aos estados. Dito isso, a opção pelo diesel como combustível inicial da transição tributária se deve justamente por suas alíquotas serem menos variadas entre os estados, gerando menor distorção com a alíquota uniforme", explicou.

O senador também prevê em seu texto a possibilidade de criação de uma câmara de compensação pelos estados e Distrito Federal, de modo a mitigar eventuais perdas causadas pelas novas alíquotas em seus orçamentos.

Jean Paul Prates não incluiu, num primeiro momento, a possibilidade de corte de **tributos** federais sobre o diesel. Mas o senador deixou a porta aberta para

aceitar emendas apresentadas por parlamentares ou bancadas aliadas do governo. Como mostrou a Folha, esse ponto vem sendo alvo de negociação com o Ministério da Economia.

No fim de semana, em entrevista a uma rádio do Rio de Janeiro, Bolsonaro mencionou outra proposta que trata de combustíveis, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) apresentada na Câmara dos Deputados que prevê a possibilidade de zerar as alíquotas de **tributos** federais sobre o diesel. O chefe do Executivo disse que adotaria essa medida no momento em que a proposta fosse aprovada.

Prates decidiu não incluir em seu texto a ampliação de subsídios, que se tornaram motivos de grande polêmica recentemente. No entanto, está aberto a avaliar emendas nesse sentido apresentadas por senadores e vê com bons olhos.

Uma outra PEC sobre combustíveis, essa de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), prevê a redução de **tributos** sobre combustíveis e o pagamento de auxílio-diesel a caminhoneiros, auxílio-gás a maior número de famílias e subsídios a tarifas de ônibus urbano. Seu custo elevado levou a equipe econômica a apelidá-la de "PEC Kamikaze".

Jean Paul Prates afirma que vai avaliar eventual emendas propondo subsídios. Disse que repasses para bancar gratuidades ao transporte coletivo, como de idosos, não enfrentariam resistência. A ampliação do auxílio-gás também conta com a sua simpatia, mas, por outro lado, subsídios para caminhoneiros autônomos seriam considerados pouco efetivos, segundo ouviu de representantes do setor.

Em relação às mudanças no ICMS sobre combustíveis, o senador petista decidiu enviar um capítulo inteiro ao senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da PEC 110, da **reforma tributária**, que tramita no Senado. Para o petista, as alterações, se incorporadas ao parecer, poderiam propor modificações no imposto estadual de maneira mais incisiva, inclusive para uma tarifa uniforme e a adoção da alíquota fixa sobre o litro..

Outro projeto sobre a relatoria de Jean Paul Prates tem como principal ponto a criação de uma conta de compensação com recursos a serem usados para diminuir o impacto das altas nos preços dos combustíveis.

Essa proposta já foi aprovada na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado e deve ir a plenário junto com o outro projeto de lei.

Prates estima que a conta vá contar com recursos na

ordem de R\$ 25 bilhões até o final deste ano. Esse montante seria responsável por reduzir R\$ 0,50 por litro de combustível na origem do produto e, segundo algumas avaliações, pode chegar a R\$ 2 ou R\$ 3 no preço da bomba dos postos.

O projeto prevê seis fontes de receitas para a conta de compensação, principalmente advindas de lucros extraordinários que o governo auferiu por causa da alta do dólar. São listados dividendos da Petrobras, royalties de participação do governo no setor de petróleo e superávit da reserva cambial.

Esse projeto será apresentado aos líderes de bancada da forma como foi aprovada na CAE. No entanto, pode sofrer alterações a partir do momento que seja encaminhado ao plenário e que um novo período de recebimento de emendas seja aberto.

Na sexta-feira (11), o senador petista manteve uma reunião com o pré-candidato do partido ao Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Prates disse que o encontro serviu para explicar a Lula a questão dos combustíveis e as soluções que estão sendo apresentadas - o projeto que prevê a conta de compensação é de autoria de outro senador petista, Rogério Carvalho (PT-SE) - e não para necessariamente ouvir orientações sobre a questão.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

**Sítio:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/relator-no-senado-quer-aliquota-unica-de-icms-sobre-diesel-mas-opcional.shtml>

# Congresso: semana tem Marco de Garantias e preço dos combustíveis

**Brasília**

*/  
Bruna Lima, do R7, em Brasília*

Sem definições e com mais de uma proposta sobre a mesa, a discussão sobre o preço dos combustíveis ganha destaque no Congresso Nacional nesta semana. A pauta reverbera em ambas as Casas legislativas. Além das reuniões de líderes do Senado que deve ter como foco a discussão do tema, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se encontra com o líder do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para defender que os **tributos** dos combustíveis sejam reduzidos por meio do projeto de lei complementar 11/20, matéria já aprovada pelos deputados.

O texto estabelece valor fixo para cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), fazendo com que o tributo não sofra variações de acordo com as mudanças de câmbio ou preço do barril de petróleo no mercado internacional. Relator da proposta no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), abordará o tema na reunião de líderes, prevista para esta segunda-feira (14).

Prates informou que o tema vem sendo discutido com os governadores, de forma a assegurar equilíbrio aos entes federados na arrecadação. Os líderes estaduais, por outro lado, têm feito coro à criação de um fundo de amortização para controlar as variações dos combustíveis, defendendo a versão atualizada do PL (projeto de lei) nº 1472/2021. A proposta cria um imposto de exportação sobre o petróleo bruto a fim de garantir arrecadação para o fundo. Este PL, também sob relatoria de Prates, será discutido entre os líderes.

Ambas as medidas são vistas como uma maneira de estacar a alta dos combustíveis, mas de maneira provisória. Segundo Prates, a **reforma tributária** é o caminho para uma solução definitiva. "A substituição do ICMS pelo IBS, propiciando um rearranjo tributário e federativo, é o caminho para simplificar a nossa estrutura tributária e melhorar o ambiente de negócios", defendeu.

Na lista de prioridades do governo federal, o projeto de

lei que trata do Marco de Garantias pode ser votado na Câmara, como anunciou Lira. O PL 4188/21 tem como foco a redução de juros e melhora nas operações com garantias para empréstimos e financiamentos. A proposta também acaba com o monopólio da Caixa Econômica Federal para penhores civis e deixa claro que os entes federativos podem usar qualquer banco para o pagamento de professores e profissionais da educação, mesmo com recursos vindos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Na reunião de líderes da Câmara, marcada para quarta-feira (16), os deputados também devem se debruçar sobre temas relacionados à pandemia. Um dos projetos propõe testes obrigatórios para a Covid-19 e quarentena de nove dias para quem chegar no Brasil. Se aprovada, a medida, que tem como objetivo reduzir a disseminação do vírus, valerá enquanto durar a emergência em saúde pública.

Também podem ser analisadas emendas do Senado relativas ao projeto de lei que dispõe sobre o modelo de trabalho de gestantes durante a pandemia. Os senadores propõem a volta às atividades presenciais quinze dias após completada a imunização contra a covid-19. Atualmente, a Lei 14.151/21 determina atividades remotas às grávidas até o fim da situação de emergência de saúde mundial.

Já no Senado, está agendada uma sessão temática, nesta segunda-feira (14), sobre o passaporte sanitário. O pedido foi feito pelo senador Eduardo Girão (Podemos-CE) a fim de debater os impactos da cobrança do passaporte nos direitos pessoais, trabalhistas, sociais e religiosos. Segundo Girão, é necessário averiguar se a medida é "realmente eficaz para a diminuição do contágio da covid-19 e se sua aplicação não está ferindo o direito constitucional de liberdade de ir e vir do cidadão".

Estão na pauta de discussão outras propostas relacionadas ao meio ambiente (PL 2405/21), além de proposições visando prestação de assistência à cultura. O PLP 73/21, do Senado, libera R\$ 3,8 bilhões para amenizar os efeitos negativos econômicos e sociais da pandemia ao setor. Se aprovada, a legislação deverá ser batizada de Lei ator Paulo Gustavo, que morreu em maio de 2021 após contrair

Covid-19.

De acordo com Lira, o sistema de votação deverá ser remoto. "Estamos todos esperando a diminuição de casos e vamos analisar [uma retomada aos trabalhos presenciais] de acordo com a curva de transmissão da Covid-19."

Além da discussão e votação de projetos, a Câmara também discute as novas distribuições das presidências das comissões permanentes. "A Comissão de Justiça será, se depender de mim, entregue ao PSL, que agora é União Brasil", adiantou Lira, afirmando que pretende cumprir acordos firmados anteriormente para divisão dos colegiados, mesmo com a fusão do DEM e PSL.

Os parlamentares têm entre 3 de março e 1º de abril para trocar de legendas antes de concorrer às eleições e essas transições podem afetar na distribuição dos cargos. "Precisamos analisar estes casos regimentalmente", disse Lira.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/congresso-semana-tem-marco-de-garantias-e-preco-dos-combustiveis-14022022>

# Economistas ligados a Lula querem mais gasto público e compromisso de médio prazo para dívida

**Bernardo Caram e Marcela Ayres**

Economistas ligados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendem que o país tenha uma virada de política econômica a partir de 2023, com flexibilização explícita de regras fiscais para que o gasto público volte a ser colocado como motor do crescimento do país, estabelecendo como contrapartida compromissos de médio e longo prazos para a estabilização da dívida pública.

A Reuters entrevistou seis economistas, entre ex-ocupantes do alto escalão de governos petistas, integrantes da Fundação Perseu Abramo e conselheiros de Lula, que articula sua provável candidatura à Presidência e aparece na liderança das pesquisas de intenção de voto.

Entre os diagnósticos convergentes, estão o apoio à ampliação de programas de distribuição de renda e de infraestrutura e a defesa da agenda ambiental como tema prioritário em eventual programa de governo. Os economistas ainda se alinham na busca por uma **reforma tributária** que amplie cobranças sobre os mais ricos e nas críticas ao atual modelo de privatizações.

O petista vem argumentando que ainda não está em campanha e, por isso, não definiu um porta-voz na economia, mas tem ouvido especialistas.

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, que comandou a pasta de 2006 a 2014, diz que a fórmula para o governo que vier a ocupar o Palácio do Planalto em 2023 precisa incluir a previsão de gastos emergenciais, mesmo que isso acarrete aumento momentâneo da dívida pública.

Em momentos de crise, você tem que poder aumentar um pouco a dívida no curto prazo, no curtíssimo prazo, para depois a economia retomar o crescimento, diz, enfatizando que apoia alteração no arcabouço fiscal para incluir dispositivo que permita mais gastos quando a economia não estiver indo bem.

Mantega diz que sempre será um assessor e conselheiro de Lula, mas que não pretende assumir

um ministério em eventual governo do PT.

O ex-ministro afirma que a regra do teto de gastos coloca uma camisa de força no Estado e que ainda não há definição no partido sobre se a norma deve ser alterada ou revogada. Ele defende que, caso mantida, a legislação deveria permitir, por exemplo, gastos de até 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em investimentos fora do teto.

A visão sobre a necessidade de flexibilização fiscal é compartilhada por Nelson Barbosa, ministro da Fazenda e do Planejamento (2015 a 2016) no governo Dilma Rousseff. Para ele, a política expansionista de curto prazo deve ter foco em investimentos e combate à pobreza, ressaltando que é preciso haver um compromisso fiscal no horizonte.

Para que a flexibilização fiscal de curto prazo funcione, é preciso vir junto com o cenário fiscal de longo prazo, tem que haver um compromisso de trajetória decrescente de dívida, afirma.

Essa sinalização, segundo Barbosa, viria não com regras fiscais restritivas, mas a partir de medidas com impacto positivo sobre as contas, como uma **reforma tributária** que seja mais progressiva. Além disso, ele avalia que o crescimento econômico gerado pelo gasto público fará com que parte dessa despesa retorne aos cofres do governo pelo aumento de arrecadação.

Em contraposição à cartilha ortodoxa e à visão da atual equipe econômica, comandada por Paulo Guedes, os economistas ligados ao PT afirmam que não haverá pressão inflacionária se o governo ampliar gastos públicos. Esther Dweck, que foi chefe da assessoria econômica e secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento (2011 a 2016), argumenta que atualmente o país está com capacidade ociosa elevada e não há pressão relevante de demanda sobre os preços.

Para ela, as regras fiscais precisam ser revistas com o objetivo de colocar a demanda social como puxadora do desenvolvimento.

Deveríamos juntar todas as regras fiscais, fazer um

novo pacote que tenha como prioridade a capacidade de atuação do Estado , afirma. Precisamos, principalmente, que a regra fiscal não seja criminalizada, que seja como uma meta de **inflação**, se não cumpriu, você pode explicar o motivo .

Luiz Gonzaga Belluzzo, doutor em Economia pela Unicamp e conselheiro de Lula há décadas, avalia que a discussão do atual governo sobre encolher o Estado vai na contramão do observado no resto do mundo. Ele também coloca a área social como prioritária para atuação do governo.

Tem que ter programa imediato de atendimento aos mais pobres, ficam discutindo teto de gastos, sendo que já está sendo rompido por baixo do pano. Não tem como respeitar [o teto], é uma concepção completamente absurda , afirma.

O economista Pedro Rossi, membro do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, afirma que investimentos do Estado nas áreas sociais e também em mobilidade urbana e habitação geram crescimento e emprego, fomentam o consumo e ampliam o mercado interno, o que impulsiona os investimentos privados.

Ele ressalta que o país deveria primeiro elencar as prioridades sociais e depois definir regras simples e flexíveis para estabilização da dívida.

Para o economista Eduardo Moreira, ex-sócio do banco Pactual e conselheiro de Lula, a situação do país exige que sejam elaborados programas sociais muito mais agressivos , com maior distribuição de renda e maior base de beneficiários.

No curto prazo, a economia também será sustentada por programas de transferência de renda que abrangem a população vivendo em situação emergencial de pobreza. Dinheiro que cai nessas camadas volta via consumo para a economia , disse.

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Nas discussões sobre o sistema tributário brasileiro, os economistas ligados ao PT querem mudanças na legislação e defendem que os mais ricos paguem mais. No entanto, há diferentes opiniões sobre a forma de atingir esse objetivo, com alguns, como Mantega e Rossi, defendendo a taxação de grandes fortunas e outros, como Dweck, a tributação de heranças.

Eventual governo petista poderá aproveitar propostas sobre tributação indireta que já estão com tramitação adiantada no Congresso, diz Barbosa. Seriam aproveitados os textos negociados no atual governo

para reformar o PIS/Cofins e para criar um imposto único sobre consumo --a análise das propostas agora está travada no Legislativo.

Segundo ele, seria necessário, no entanto, começar do zero a reforma de tributação direta, incluindo a revisão do Imposto de Renda. As mudanças provavelmente serão graduais, discutidas e aprovadas em 2023, para entrar em vigor a partir de 2024 , afirma.

## **PRIVATIZAÇÕES**

Em relação à venda de ativos do governo, os economistas defendem a interrupção do plano de privatizações defendido pela atual gestão, que tem avançado a passos lentos. A avaliação é que empresas consideradas estratégicas não deveriam ser repassadas à iniciativa privada.

Ter prejuízo não é motivo para privatizar, é sinalização de que aquela é uma atividade subsidiada pela sociedade , diz Moreira.

Mantega afirma que o partido não é contra o setor privado assumir determinadas atividades, mas diz acreditar que tudo que era possível, já foi privatizado .

Privatização tem que ser decidida caso a caso e com foco no que melhora para o consumidor, não só para o acionista. Tem um consenso [no partido] de que não se deve privatizar Caixa, Banco do Brasil, Correios, Petrobras e Eletrobras , afirma Barbosa.

Belluzzo enfatiza que muitas vezes o setor privado não está disposto a fazer certos investimentos. Uma empresa privada não gastaria o que a Petrobras gastou para fazer pesquisa em águas profundas , diz.

## **ABERTURA COMERCIAL**

O tema da abertura comercial é tratado com cautela pelos economistas ligados a Lula. A avaliação é que há risco para a atividade nacional caso a abertura do país ao comércio exterior seja feita de maneira desordenada.

Para Mantega, a indústria brasileira se enfraqueceu e perdeu terreno, o que deixa o setor vulnerável. Uma abertura muito ampla, segundo ele, tornaria a indústria brasileira uma mera importadora de peças e equipamentos.

Na opinião de Rossi, o Brasil não deveria caminhar para uma ampliação de abertura comercial de forma unilateral enquanto economias avançadas estão se protegendo, fazendo política industrial e subsidiando setores.

Belluzzo, por sua vez, afirma que a ideia de abertura comercial ampla está ancorada em uma visão de que o mercado é perfeito, o que não ocorre. Para ele, o Brasil precisa de uma política comercial sofisticada e diversificada, com busca de parceiros prioritários e preocupação com a questão ambiental.

## CRESCIMENTO VERDE

Na avaliação dos economistas, eventual governo do PT terá que apresentar uma agenda de crescimento verde como ponto central da gestão. Segundo Mantega, o partido terá um programa ambiental muito forte .

O PT busca se contrapor nessa área ao governo do presidente Jair Bolsonaro, que tem atritos com países desenvolvidos e é criticado pela gestão do meio ambiente.

É necessário o fortalecimento de uma agenda de proteção ambiental, de descarbonização da economia. Tudo isso também pode gerar crescimento e gerar emprego , afirma Rossi.

Para Dweck, a questão ambiental precisa ter centralidade . As demandas sociais e a discussão ambiental podem ser um motor de crescimento relevante , diz.

### Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Economistas ligados a Lula querem mais gasto público e compromisso de médio prazo para dívida

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/economistas-ligados-a-lula-querem-mais-gasto-publico-e-compromisso-de-medio-prazo-para-divida,93127fc35c14e5582ce6ec6af8587486pwf4zhtv.html>**

# Síndrome de burnout: um debate muito além do ambiente de trabalho (Artigo)

*Luiz Cláudio Allemand Advogado em Vitória/ES, ex-conselheiro e ouvidor do Conselho Nacional de Justiça, mestre em direito, LL.M. pela Steinbeis University Berlim, diretor jurídico da Fiesp, membro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio/SP e presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem Cindes/Findes*

A partir deste ano, a síndrome de burnout está com nova classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, a patologia passou a ser considerada doença ocupacional com responsabilidade empresarial. A inclusão foi aprovada na 72ª Assembleia Mundial da OMS, que a classificou como "estresse crônico de trabalho que não foi administrado com sucesso". Antes, era tida como uma condição psiquiátrica, de saúde mental, mas se comprovada, garantirá ao trabalhador o afastamento e o recebimento do auxílio-doença acidentário, bem como estabilidade provisória de 12 meses contados do fim do referido auxílio.

A mudança deve acender um alerta nas empresas. Se até então, elas já estavam atentas aos impactos do esgotamento e do estresse na saúde mental dos seus colaboradores, agora devem se preocupar ainda mais, pois a síndrome de burnout tornou-se um fator de risco jurídico.

Uma atenção que ganha ainda mais relevância ao se analisar estudos recentes, que mostram que as doenças mentais já são a segunda maior causa de afastamento do trabalho e de redução de produtividade. Também apontam que, em poucos anos, os transtornos mentais assumirão a liderança entre as principais causas desses problemas. Com a nova classificação, as empresas deverão tomar medidas de prevenção ao desgaste psicológico dos funcionários e, assim, evitar futuras reclamações trabalhistas que venham a surgir com alegações do desenvolvimento do burnout. A responsabilização aos empresários, na Justiça do Trabalho, será avaliada a partir de laudo médico comprobatório da Síndrome, além de outros documentos e até relatos testemunhais. O objetivo será analisar a existência de fatores causadores da doença, tais como assédio moral, metas excessivas ou cobranças agressivas e competitividade, o que também pode gerar direito a recebimento de indenização por danos morais. O que precisamos pontuar, agora, é que a relação entre a

saúde mental e as empresas vai muito além da mudança de classificação do Burnout. É fato que o ambiente laboral, pautado pela acirrada competição, pressão e cobrança de produtividade, tem causado desgaste e exaustão entre os trabalhadores. Mas, do outro lado, também as empresas enfrentam inúmeros e impactantes desafios **impostos** pela nova economia mundial. Para se manterem em atividade, além de terem que superar os já velhos obstáculos conhecidos como burocracia, **tributos** e custos elevados; a falta de mão de obra qualificada para alguns segmentos, a tecnologia, a inovação e a disrupção chegaram mudando o cenário competitivo das organizações. Todas as empresas, pequenas ou grandes, estão sendo surpreendidas por novas regras do mercado. Um novo panorama, marcado por muita concorrência e dinamismo, e que segue agravado pela vertiginosa velocidade com que essas mudanças acontecem. Cabe colocar em discussão, também, a urgência de maior incentivo ao empreendedorismo, prática que registrou elevado crescimento, especialmente entre micro e pequenos empresários, a partir do surgimento do novo coronavírus e conseqüente aumento de desemprego no Brasil. Na pandemia, empreender inovou mercados, gerou receitas e venceu desafios. Uma tendência que veio para ficar. As fontes e os fatores que envolvem o desenvolvimento da síndrome de burnout são vários e vão além do ambiente laboral estressante e excessivo. As soluções para resolvê-la também. Ao setor empresarial, cabe criar mecanismos e ferramentas que mantenham seus colaboradores psicologicamente estáveis no trabalho. A toda a sociedade, incluindo colaboradores e justiça trabalhista, cabe alinhar conhecimentos sobre o cenário empresarial, sobretudo o pós-pandemia e impactado pela tecnologia, para que cada um, em sua área, possa se posicionar de forma responsável e proativa frente a esta importante e atual demanda. Ignorar o problema ou empurrá-lo para o outro pode levar a perdas significativas para a saúde e para o bolso de todos.

# Código eleitoral faz 90 anos com legado de inovações e uso político



Renata Galf

Em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinava o decreto que instituiu o primeiro Código Eleitoral do país em meio a um período de grande instabilidade política.

Marco histórico da regulação sobre as eleições no país, o decreto introduziu diversas inovações importantes que até hoje integram o sistema eleitoral brasileiro, como o voto secreto, o voto feminino, o sistema de representação proporcional, além de ter criado a Justiça Eleitoral.

Desde a Revolução de 1930, quando o movimento liderado por Vargas tomou o poder, o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos estavam dissolvidos, e as eleições, suspensas, assim como a Constituição anterior. Vargas governava por meio do poder discricionário.

Após o então presidente Washington Luís (1926-1930) apoiar Júlio Prestes, um paulista, para sua própria sucessão, indo contra a alternância estabelecida pela

política do café com leite, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se reuniram na Aliança Liberal.

Com a vitória de Prestes e diante de acusações de fraudes, o movimento decidiu depor Washington Luís.

Apesar de formalmente as novas regras eleitorais apontarem para um caminho de democratização e de combate às fraudes da Primeira República (1889-1930), especialistas que pesquisam o período avaliam que, naquele contexto, a opção pelas novas regras não foi pautada por um anseio democrático.

Para Jaqueline Zulini, que é professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), há um equívoco comum em se associar o Código Eleitoral de 1932 à democracia.

"Como se trata de um amplo pacote de reformas, criador de inovações institucionais históricas que atualmente seguem em vigor, muitas delas consideradas indispensáveis para uma representação política democrática, tende-se a perder de vista o caráter autoritário do governo provisório de Vargas", avalia.

Zulini assina parte dos artigos que integram o livro "O Autoritarismo Eleitoral dos Anos 30 e o Código Eleitoral de 1932", que reúne pesquisadores de diferentes instituições e foi organizado pelo professor de ciência política Paulo Ricci, da USE. A análise é que sancionar o Código Eleitoral era importante para conferir legitimidade ao Governo Provisório, instituído após a Revolução de 1930.

"Seria muito custoso para um movimento que derrubou o regime anterior alinhavando todo o seu discurso reformista em cima deste conjunto de medidas passara renegá-las no momento de repensar as novas regras eleitorais", afirma Zulini.

Além de serem medidas encampadas pela Revolução de 1930, a maior parte das principais mudanças já era reivindicada há décadas.

Exemplo disso é o voto feminino, que já tinha sido colocado em pauta, mas barrado na formulação da primeira Constituição republicana, em 1891.

"Havia amplos setores nacionais que almejavam, que cobravam o presidente pela construção de um novo pacto eleitoral que não fosse aquele da Primeira República, marcado pelas fraudes, pelo voto aberto, pelas violências envolvendo isso", afirma o professor do Instituto Federal Fluminense Raimundo Helio Lopes, que tem como um de seus focos de pesquisa o período do Governo Provisório.

De acordo com ele, apesar de as reformas eleitorais representarem uma bandeira do próprio movimento que o levou ao poder, havia muita incerteza quanto à posição efetiva de Vargas, além de claros indicativos de que ele titubeava em relação à reconstitucionalização.

"Esse imediato pós-30 foi um processo muito confuso. Onde aliados pouco depois viram inimigos, correntes se formam, outras se dissolvem", afirma Lopes.

"É um momento muito nebuloso de uma organização política. Não só institucional, mas dos sujeitos históricos de uma organização política. Para saber para onde iriam." A publicação do Código Eleitoral de 1932 é considerada uma vitória do grupo de revolucionários que defendia a constitucionalização do país. Isso porque, dentro do próprio Governo Provisório, havia correntes que não queriam novas eleições, tampouco uma nova Constituição.

Entre os que pressionavam o chefe do governo para que mantivesse o regime fechado estavam os tenentistas. Movimento de jovens oficiais insatisfeitos com a situação do país e que se insurgiu no início da década de 20, o tenentismo fez parte do grupo que derrubou a Primeira República em 1930 e disputava espaço no governo.

Inaugurada por Vargas em maio de 1931, a comissão responsável pela reforma eleitoral sofria críticas à época pela demora para concluir seu trabalho.

Composta por Assis Brasil, João Chrysostomo da Rocha Cabral e Mario Pinto Serva, ela publicou um anteprojeto para consulta pública em agosto de 1931.

Além disso, seus trabalhos só teriam agilidade a partir de dezembro de 1931, quando Vargas troca o ministro da Justiça que liderava a comissão. Saiu Osvaldo Aranha, tido como contrário à constitucionalização naquele momento, que foi substituído pelo jurista Maurício Cardoso -favorável à restauração das eleições.

Meses depois da sanção do Código em fevereiro, em 14 de maio de 1932, Vargas publicou um decreto que convocava, para dali a um ano, as eleições que

definiriam os integrantes da Assembléia Constituinte a ser realizada em 1933.

A medida não foi suficiente, contudo, para diminuir a desconfiança e oposição dos paulistas ao governo.

Em 9 de julho de 1932, estava oficialmente declarado estado de guerra entre São Paulo e o governo federal, conflito que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, e que tinha como uma de suas bandeiras, como o próprio nome indica, a constitucionalização do país.

Além da resistência que se deu em meio ao Governo Provisório para que voltasse a haver eleições, a avaliação dos pesquisadores é que, da maneira com que as inovações do Código Eleitoral foram implementadas, houve favorecimento do governo.

Na avaliação do professor Paolo Ricci, a reforma mais importante de 32 é a representação proporcional "O que acontece de fato na Segunda República, que seria os anos 30, é justamente a aceitação de que as oposições têm direito a serem representadas." Além das fraudes sistemáticas e coação de eleitores, regra ao longo da Primeira República, um outro problema para a oposição era a falta de participação das chamadas minorias.

Com a representação proporcional, a ideia é que mesmo grupos menos votados consigam ganhar postos no Legislativo.

Ele avalia que os resultados das pesquisas mostram que medidas como o voto secreto, o voto feminino e mesmo a criação da Justiça Eleitoral tiveram efeitos ainda limitados no período que vai da publicação do novo Código até 1937, quando tem início o período ditatorial do Estado Novo.

"O Código não acaba com a fraude, no máximo a modifica, ou seja modifica a forma como os próprios partidos buscam controlar o processo eleitoral", afirma Ricci.

Ainda que a efetivação do novo Código tenha encontrado obstáculos, a nova lei promoveu mudanças institucionais consideradas importantes e que foram incorporadas pelas legislações posteriores.

"Se havia limites? Havia. Mas havia, pela primeira vez, uma Justiça Eleitoral que julgava, investigava equívocos, erros e fraudes eleitorais", ressalta Lopes (IFF).

"Houve ali de alguma maneira, pela primeira vez na história republicana brasileira, podemos dizer assim,

uma imprevisibilidade eleitoral. Uma oposição minimamente organizada, mas, ao mesmo tempo, com os limites impostos por aquela conjuntura da época", diz.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49821&anchor=6450065&pd=b481d42314d1bbae11825a888cf6f62>**

# Bomba fiscal no Congresso pode passar de R\$ 230 bilhões em 2022



Paulo Guedes em Brasília; PEC dos Combustíveis e renegociação de dívidas de empresas estão na lista Ueslei Marcelino 17.dez.21/Reuters

**Idiana Tomazelli**

O apetite da ala política do governo por medidas de apelo popular em ano eleitoral será um desafio para a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que começa 2022 sob a pressão de uma bomba fiscal que pode passar dos R\$ 230 bilhões.

O primeiro grande teste é a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que teve uma de suas versões batizada de kamikaze pelo time econômico, devido ao impacto potencial de mais de R\$ 100 bilhões em troca de uma redução incerta de centavos no preço nas bombas e na conta de luz.

A equipe de Guedes ainda negocia uma desoneração localizada apenas no diesel, ao custo de R\$ 17 bilhões. Mas permanece a pressão pelo avanço em paralelo de outras propostas relacionadas, como a instituição de subsídios para conter tarifas de ônibus urbano.

Além disso, a coleção de bombas a serem desarmadas no Congresso Nacional neste ano não se resume ao tema dos combustíveis. Com a retomada dos trabalhos legislativos, parlamentares voltaram à carga com projetos que aliviam dívidas de grandes empresas, ampliam isenções tributárias ou elevam gastos do governo.

Uma maior expansão fiscal, por meio de gastos ou renúncias de receitas, é considerada tendência natural no último ano de um governo e também foi observada em gestões anteriores.

No entanto, especialistas avaliam que a segunda colocação do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas

pesquisas de intenção de voto adiciona pressão para que o Palácio do Planalto seja mais conivente com os pedidos.

Segundo a última pesquisa do Datafolha, Bolsonaro está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na corrida presidencial.

Um dos projetos de maior risco para a equipe econômica é o que autoriza uma ampla renegociação de dívidas tributárias de médias e grandes empresas.

O texto do Refis aprovado no Senado centrava os maiores benefícios em companhias que enfrentaram dificuldades devido à Covid-19. No fim de 2021, a Câmara dos Deputados estendeu o alcance do programa até mesmo a empresas que lucraram mais na pandemia.

Cálculos do governo apontam uma perda potencial de R\$ 92,1 bilhões só em 2022, caso o programa seja aprovado no formato previsto pela Câmara. O texto prevê descontos de até 90% em juros e multas e 100% em encargos, além da possibilidade de abater grandes volumes de crédito de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O tamanho da fatura levou a equipe econômica a agir. No final de 2021, governistas conseguiram retirar o projeto de pauta.

Sob pressão de grandes empresas e de congressistas, a proposta deve ganhar força novamente. Há negociações em curso para que o texto entre na pauta das próximas sessões.

O relator, deputado André Fufuca (PP-MA), recém-empossado líder da legenda na Câmara, disse à Folha que vai conversar com lideranças a respeito do projeto na próxima semana. Ele evitou responder se fará mudanças no texto.

No Senado, uma das pressões no radar do governo é a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). O senador Ângelo Coronel (PSD-BA), que era relator da reforma do IR já aprovada na Câmara, desmembrou o tema da tabela e apresentou um projeto avulso.

A proposta do congressista é elevar a faixa de isenção a R\$ 3.300 mensais, o que custaria cerca de R\$ 35 bilhões. Hoje, a isenção vai até R\$ 1.903,98.

"Já que não vamos atender os R\$ 5.000 que o presidente na campanha alardeou, pelo menos um meio-termo, corrigindo pela **inflação**", argumenta Coronel.

Segundo o parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou no colégio de líderes que pretende marcar uma semana de votação de matérias tributárias, com datas a serem definidas. A tentativa de Coronel será incluir o projeto da tabela do IRPF na pauta.

Há ainda um projeto de lei, relatado pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que busca instituir um repasse federal para bancar a gratuidade de idosos nos ônibus urbanos.

Uma proposta semelhante chegou a ser incluída na PEC kamikaze, que recebeu a assinatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente. Mas o avanço da PEC está sendo combatido pela equipe econômica.

Na última quarta-feira (9), Pacheco decidiu enviar o projeto de lei avulso sobre o subsídio aos ônibus diretamente ao plenário da Casa, sem passar por nenhuma comissão. O custo pode chegar a R\$ 5 bilhões.

O próprio governo também já deu sinal verde à derrubada de um veto de Bolsonaro para isentar empresas do setor de turismo e eventos do pagamento de **tributos** durante cinco anos. O restabelecimento da benesse deve gerar uma renúncia de R\$ 3,2 bilhões apenas em 2022.

O aval à derrubada foi anunciado publicamente por Flávio Bolsonaro em suas redes sociais. A apreciação do veto pode ocorrer na próxima quarta-feira (16).

Outro veto que deve cair permitirá às empresas do Simples Nacional renegociar suas dívidas, com impacto de cerca de R\$ 1,7 bilhão para os cofres federais.

Grande parte das investidas mira as receitas do governo -uma estratégia para evitar esbarrar no teto de gastos, regra fiscal prevista na Constituição e que limita as despesas, mas não disciplina as receitas do governo.

A equipe econômica, porém, vê os movimentos com bastante preocupação, pois precisa respeitar a meta fiscal, que autoriza um déficit de até R\$ 170,5 bilhões

neste ano. A previsão atual do governo aponta um rombo de R\$ 79,3 bilhões, projeção que deve piorar caso haja corte de **tributos** sobre o diesel.

Guedes ainda quer reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que também impacta a receita.

Há ainda pressão pelo lado das despesas. O time do ministro da Economia segue em alerta para o risco de a concessão de reajustes para policiais acabar deflagrando uma pressão generalizada por aumentos ao funcionalismo.

Para o pesquisador Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral, o enfraquecimento da posição de Guedes e a segunda posição de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto tornam o presidente mais suscetível às pressões em ano eleitoral.

"Em um ano de tentativa de reeleição, isso nunca aconteceu, o presidente não está liderando as pesquisas. Gera incentivo extra para que ele [Bolsonaro] libere mais dinheiro para tentar fazer a economia crescer, deixar o eleitor mais feliz", analisa o pesquisador.

Segundo Carazza, a possibilidade de vitória de Lula também tende a fortalecer candidatos de sua coalizão para cargos no Legislativo, o que pode levar atuais aliados de Bolsonaro a buscarem mais recursos para suas bases. "Para segurar traições, o governo tem cedido a essas pressões", afirma.

O cientista político Rafael Cortez, da consultoria Tendências, avalia que o governo enfrenta dificuldades para gerar no eleitor uma sensação de confiança e ganho de bem-estar, apesar de iniciativas recentes, como a ampliação do Auxílio Brasil - sucessor do Bolsa Família, marca das gestões petistas.

"A fonte dessa incapacidade tem a ver com a falta de coordenação política. É como se houvesse dois governos, com uma equipe econômica cada vez mais isolada em relação ao projeto de reeleição", afirma. Para o especialista, há também falta de coordenação entre Câmara e Senado.

"Curiosamente, essa falta de coordenação pode ajudar no sentido de evitar um mal maior", diz Cortez, citando o exemplo da PEC dos Combustíveis, que perdeu força dando lugar a um projeto para desonerar apenas o diesel. "No fundo, como a gente vive uma governabilidade perversa, quando um item é aprovado ele adiciona risco, não tira."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

21

## Bombas fiscais em ano eleitoral

Impacto de propostas em discussão no Congresso, em R\$ bi

PEC dos Combustíveis\*

**54 a mais de 100**

Refis das grandes empresas

**92,1**

Refis do Simples Nacional

**1,7**

Reajuste de servidores

**1,7**

Correção da tabela do Imposto de Renda

**35**

Desoneração a setores de turismo e eventos

**3,2**

**R\$ 79,4 bilhões**

é o déficit fiscal previsto  
pelo governo para 2022

**R\$ 170,5 bilhões**

é o rombo máximo permitido  
pela meta fiscal do ano

\*Proposta da Câmara desonera tributos e custa entre R\$ 54 bi e R\$ 75 bi. Proposta do Senado inclui gastos adicionais com auxílio-diesel, auxílio-gás e subsídio a tarifas de ônibus, e seu impacto pode superar R\$ 100 bi

Fontes: Ministério da Economia, Congresso Nacional

# A poupança e a nova Selic (Artigo)

**Marcia Dessen** *Planejadora financeira CFP("Certified Financial Planner"). autora de ""Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"*

A Selic mantém a sua trajetória de alta e alcança 10,75% ao ano. Nesta coluna quero me dirigir, particularmente, às pessoas que investem na poupança, conscientes da baixíssima tolerância a riscos que têm.

Como fica a competitividade da poupança nesse contexto? A poupança não fica bem nessa foto. Quanto maior a Selic, menor será seu retorno quando comparado com alternativas de investimento em renda fixa. A remuneração fixa de 0,5% ao mês, equivalente a 6,17% ao ano, representa um retorno bem abaixo dos 10,75% da Selic.

O que complica ainda mais a situação de quem investe na poupança é que a Selic deve continuar em alta e no patamar de dois dígitos durante o ano todo. Assim, não se trata apenas de um momento ruim que logo vai passar, não dá para fazer de conta que não está acontecendo nada, que tudo bem ficar na poupança...

Milhões de pessoas preferem a poupança, dando pouca ou nenhuma importância à rentabilidade. As razões pelas quais fazem isso são pessoais, mas posso intuir e listar algumas.

Não se consideram investidores, apenas poupadores. Conhecem pouco ou nada sobre outras aplicações financeiras; apreciam que tenha rendimento definido, não é preciso negociar com ninguém; movimentação simples, semelhante a uma conta-corrente, com depósitos e saques livres; isenta de custos e **impostos**. Posso pensar, ainda, em duas crenças equivocadas: que o governo garante e que rende, ao menos, a **inflação**.

Se não houvesse alternativa no mercado de renda fixa, com o mesmo nível de risco, só restaria lamentar. Mas alternativas existem, mais rentáveis, sem correr mais risco. O investidor só precisa trocar o depósito em poupança por outros tipos de depósitos bancários. Todos garantidos pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

O CDB, por exemplo, disponível para todos os poupadores e investidores, pequenos e grandes, tem liquidez diária, o investidor pode resgatar em qualquer dia do mês e ganhará rentabilidade proporcional,

qualquer que seja o prazo decorrido. Melhor do que a poupança que só credita os rendimentos no dia de aniversário da conta.

Sim, paga Imposto de Renda, pior do que a poupança nesse sentido. Mas tudo depende da taxa que o investidor conseguir. A maioria dos bancos oferecem 100% do CDI, com liquidez diária, superando a rentabilidade líquida da poupança apesar do IR. O vencimento é longo, não precisa ficar renovando a cada instante.

Melhor do que o CDB, vale a pena pesquisar as letras, LCA e LCI, isentas do imposto de renda. O mercado oferece aplicações com taxa entre 90% e 100% do CDI, líquido, sem imposto. Com garantia do FGC. Ok, tem um probleminha, nem tudo é perfeito. Essa aplicação normalmente tem carência de 90 dias. Significa que não pode pedir resgate nos primeiros 90 dias, mas decorrido esse prazo, a liquidez será diária, com a mesma rentabilidade contratada. O investidor tem que pesquisar e negociar para conseguir a melhor opção. No vencimento, sim, a aplicação tem vencimento, deve renegociar tudo outra vez.

Ah, não posso deixar de mencionar o Tesouro Selic, título público que paga 100% da Selic, sujeito a IR e isento de custo para aplicações de até R\$ 10 mil por CPF.

Acha complicado? Não gosta de intermediários e se sente inseguro com o discurso dos vendedores? Só confia na conta-poupança? Acredita que a diferença é pequena e não vale a pena o trabalho? Então não faça nada, deixe o seu dinheiro onde se sente seguro e protegido. Pode não ser o melhor rendimento, mas talvez seja a aplicação mais adequada para você.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49821>

# Medidas para conter o preço da gasolina podem ter o efeito contrário



LUCIANA DYNIEWICZ

A pouco mais de sete meses das eleições, a escalada do preço do petróleo se tornou problema central para o presidente Jair Bolsonaro. A ameaça de que a commodity faça a **inflação** disparar, após um 2021 em que os consumidores já viram seu poder de compra diminuir, fez o governo e o Congresso colocarem propostas na mesa consideradas, por grande parte dos analistas, populistas e contraproducentes.

Apesar de contrários às medidas, economistas concordam que o preço do petróleo ameaça a **inflação** e a atividade em um ano em que a economia enfrenta desafios. Do lado da **inflação**, a desvalorização do dólar (que começou o ano valendo R\$ 5,57 e fechou a semana em R\$ 5,24) ameniza a alta do petróleo.

Mas a expectativa é de que, com a proximidade das eleições, esse efeito seja anulado - e a **inflação** suba ainda mais.

"Vemos um cenário de incertezas à frente. O câmbio pode ficar entre R\$ 5,50 e R\$ 5,60 quando o mercado precificar que o próximo governo vai ter dificuldade fiscal. Aí, com o petróleo tateando os US\$ 100, haverá mais um elemento de pressão.

Com isso, provavelmente, vamos ver a Petrobras subindo o preço do combustível", diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória,

destaca que, apesar da alta do petróleo, a **inflação** não deve repetir em 2022 uma trajetória como a do ano passado, quando alcançou 10%. "Mesmo que o petróleo se aproxime de US\$ 100, o impacto será menor se comparado ao da alta do barril de US\$ 40 para US\$ 80", diz. A economista, porém, reconhece que, para o consumidor, cujo poder de compra já se deteriorou em 2021, o efeito é considerável.

**PRODUÇÃO.** Para Rodolfo Margato, economista da XP, a consequência do petróleo nas alturas será mais sentida na atividade econômica. Além de a alta na cotação reduzir o consumo - dado que a população terá uma renda disponível para compras menor -, prejudicará cadeias produtivas. "O custo de produção da indústria, principalmente logístico, vai aumentar.

Em muitos casos, não será possível repassar ao consumidor.

As empresas reduzirão margens e investimentos", diz.

Para tentar aliviar a situação, o governo e o Congresso propõem reduzir **impostos** sobre combustíveis, dar auxílio diesel a caminhoneiros, subsidiar o transporte público e aumentar o vale-gás para famílias de baixa renda. Dependendo do que for aprovado, o impacto fiscal dessas medidas pode chegar a R\$ 100 bilhões, valor superior ao orçamento do Auxílio Brasil, que é de R\$ 89 bilhões.

"Vamos abrir mão de uma arrecadação expressiva sem a mínima garantia de que vai ter um efeito para o consumidor, porque o preço é determinado pelo câmbio e pelo petróleo", diz Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Alessandra destaca que a proposta deteriora a situação fiscal, o que desvaloriza a moeda.

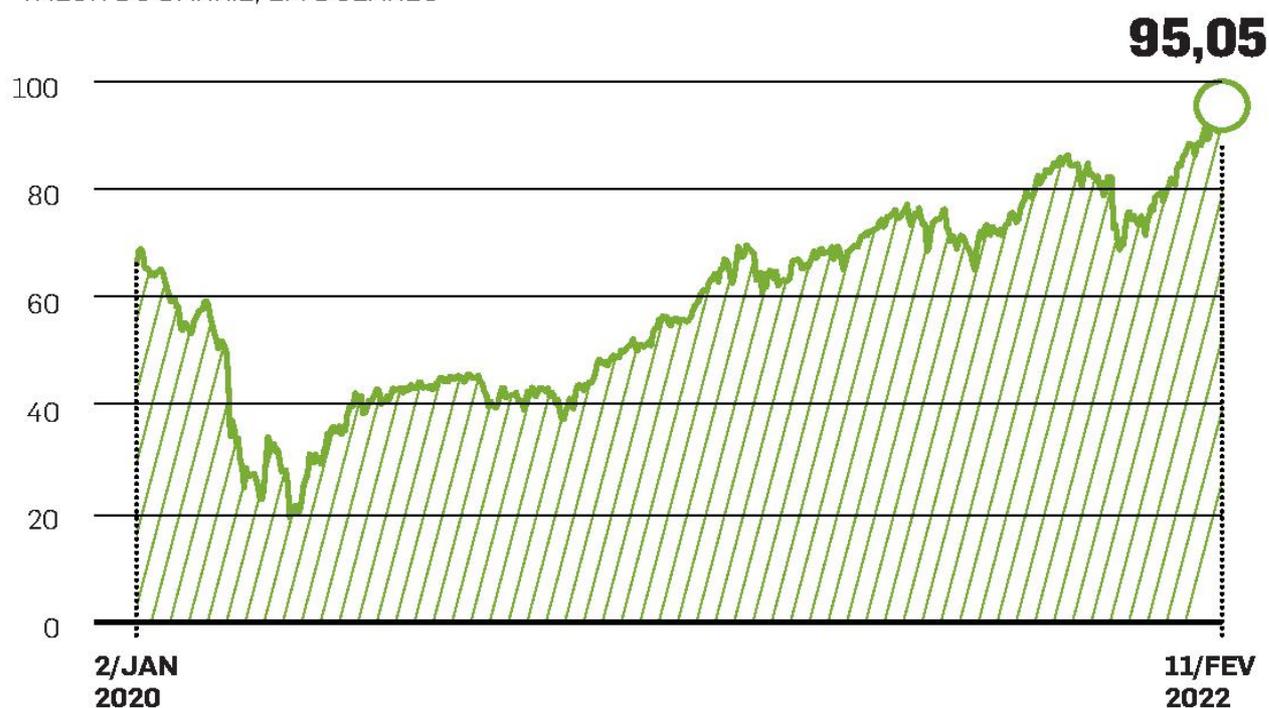
Com o real mais fraco, a gasolina fica mais cara na bomba, e a **inflação**, mais pressionada. Segundo cálculos da economista, a população já tem pago a conta de medidas que enfraquecem as contas públicas. "Se o real estivesse alinhado aos fundamentos, o preço da gasolina em 2021 teria sido, em média, 76 centavos mais barato", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## TRAJETÓRIA ASCENDENTE

Petróleo subiu 392% desde que atingiu US\$ 19,33, o menor patamar da pandemia, em abril de 2020

VALOR DO BARRIL, EM DÓLARES



FONTE: ESTADÃO/BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Estoques baixos impulsionam preço global das commodities

*Neil Hume e Emiko Terazono*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

# Grandes redes montam ofensiva contra "marketplaces" estrangeiros

*Adriana Mattos De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=1&section=1)

# Senado analisa 12 pautas prioritárias do governo

Das 45 propostas que o governo quer ver aprovadas no Congresso neste ano, a maioria já tramita pelas comissões do Legislativo

O Senado já analisa 12 das 45 propostas consideradas prioritárias pelo governo para este ano, conforme portaria assinada na semana passada pelo minis-tro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, que enumera as matérias legislativas que o Palácio do Planalto espera ver aprovadas em 2022. As proposições sob análise do Senado se dividem em seis grandes temas.

Na área econômica, a PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (Dem-AP), extingue **tributos** e cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). O texto aguarda votação do relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) na CCJ. O Executivo defende ainda a aprovação do projeto de lei 591/2021 que permite a privatização dos Correios, pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos. No item custo Brasil, o Palácio do Planalto sugere a votação do projeto de lei complementar 11/2020, que muda a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis. Aprovado na Câmara em 2021, o texto estabelece valor fixo para o tributo, mesmo quando houver flutuação de preço ou câmbio. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) é o relator de plenário.

Na pauta do meio ambiente, o PL 3.729/2004 flexibiliza regras para o licenciamento ambiental. O texto dispensa 13 atividades econômicas do controle prévio para o uso de recursos naturais. A matéria foi aprovada na Câmara em 2021. No Senado, o projeto foi renumerado como PL 2.159/2021 e aguarda parecer da senadora Kátia Abreu (PP-TO).

Na área da segurança, o governo quer mudar regras de registro, cadastro e porte de armas de fogo (PL 3.723/2019); fim do auxílio-reclusão para dependentes de trabalhadores presos (PEC 3/2019); e redução da maioria penal para 16 anos em crimes hediondos como estupro, latrocínio e homicídio qualificado (PEC 115/2015). O PL 3.723/2019 deve ser colocado em votação após vista coletiva. A PEC 3/2019, do senador Marcio Bittar, aguarda designação de relator na CCJ, assim como a PEC 115/2015. Na agricultura, o Executivo defende dois projetos que tramitam em

conjunto (PL 2.633/2020 e PL 510/2021) e ampliam o alcance da regularização fundiária. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) é o relator das proposições nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente. Na infraestrutura, o governo sugere a votação do PL 2.646/2020, já aprovado pelos deputados.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logIn&edicao=10249>

# Desemprego, um genérico discurso eleitoral (Editorial)

Nem sempre os indicadores econômicos cumprem o papel que deveria caber a eles de orientar e servir de sustentação para políticas públicas capazes de promover desenvolvimento social, da renda e da qualidade de vida. Em países com o histórico de crises cíclicas do Brasil, é frequente e desanimador ver taxas e estatísticas importantes como retrato da situação do país, de seus períodos de alta ou baixa na economia, ser usadas como simples mostra de trunfo ou derrota política.

Emprego e desemprego são bons exemplos dessa armadilha, sobretudo em época de eleições, embora devam ser percebidos como sinais essenciais das necessidades dos brasileiros, e nisso sem importar a opção político-partidária. Com a campanha em curso à sucessão nos estados, no Planalto e no Legislativo, o tema da desocupação no país ressurge em meio aos discursos de pré-candidatos, mas de forma tímida e não apresenta as respostas que a população espera para um problema tão grave quanto era antes mesmo da pandemia de covid-19.

Os dados da Pnad Contínua do IBGE mostraram, de fato, aumento expressivo de 3,2 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho entre setembro e novembro do ano passado, frente ao trimestre encerrado em agosto de 2021. Como resultado da recuperação observada, 1,5 milhão de brasileiros deixaram o desemprego, redução de 10,6% no período analisado.

Contudo, não se trata de comemorar os números, uma vez que 12,4 milhões continuam excluídos. Com metodologia que capta apenas as vagas formais, o Caged mediu a criação de 3 milhões de empregos registrados de janeiro a novembro do ano passado. Foi o bastante para que o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, celebrasse feitos do governo.

Como diz o ditado, melhor ter calma com o andor porque o santo é de barro. Os pesquisadores do IBGE, que mantém levantamento amplo e englobando a economia informal, observaram que a boa performance do trimestre terminado em novembro, assim como do Caged, pode estar influenciada pela geração dos empregos temporários típicos do fim de ano.

Trata-se de uma expansão vista principalmente no comércio e no setor de serviços, associada às vendas motivadas pelas festas de Natal, as quais ganharam força neste ano, após o jejum que as famílias enfrentaram em 2020 devido ao avanço da covid-19. É preciso aguardar nova medição para que a recuperação do mercado de trabalho seja avaliada com maior segurança, proporcionada pelos próprios cálculos do IBGE. Ciente disso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, preferiu a cautela, mas não deixou de criticar o IBGE, por ter, segundo Guedes, "superestimado" o desemprego. "Eu não acredito que criamos tanto emprego assim. Acho que eles (IBGE e Caged) estão revendo a metodologia deles", disse o ministro durante participação em evento empresarial ao fim de dezembro. A dúvida foi colocada sobre o anúncio da criação de 3 milhões e meio de empregos no país desde o auge da pandemia de covid-19 em 2020.

Em vez de comemorar indicadores, a expectativa da população e dos eleitores que vão depositar seu voto nas urnas, em outubro, é de que o foco seja a condição de 12,4 milhões de desempregados. Analistas políticos têm alertado desde o fim do ano passado que os discursos dos pré-candidatos não têm tocado em soluções para problemas do dia a dia dos brasileiros, como são o desemprego, a baixa renda proveniente do trabalho e a qualificação modesta de boa parte da mão de obra, inclusive dos jovens no país.

A oito meses da abertura das urnas, as manifestações públicas dos concorrentes estão centradas nos problemas da chamada macroeconomia, quando, independentemente da facção política, já é esperado que qualquer postulante às cadeiras de presidente, governador ou dos parlamentares se comprometa com gestão eficiente das contas públicas, manutenção da **inflação** dentro das metas e de nível razoável de reservas internacionais.

Sem destaque ou amplificação, o desemprego tem tido citações genéricas. No entanto, pesquisas como a da consultoria Genial/Quaest mostram tratar-se de questão crucial para os brasileiros. Tanto é assim que desemprego e **inflação** foram citados por 41% de 2 mil entrevistados questionados sobre as principais dificuldades na economia.

# Petróleo volta a pressionar os preços

**LUCIANA DYNIEWICZ**

Depois de subir 54% em 2021 - o que resultou em uma alta de 47,5% no preço da gasolina no Brasil, tornando-se umas das principais fontes de pressão inflacionária -, o petróleo já avançou mais 18,2% neste começo de ano. Na sexta-feira, o barril atingiu US\$ 95 e, diante da ameaça da Rússia de invadir a Ucrânia, alguns economistas já falam da possibilidade de a cotação ultrapassar US\$ 120.

Importante produtor de petróleo, a Rússia poderia, em meio a uma guerra, interromper o fluxo do produto - o que elevaria a cotação da commodity.

"Só a expectativa de invasão já causa uma pressão nos preços. Estamos revisando nossas projeções de petróleo para incorporar essa história toda.

O viés é de alta", diz a economista- chefe da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro.

Com a expectativa de que haveria um aumento da oferta de petróleo na América do Norte e uma leve desaceleração na demanda, Alessandra projetava que o barril terminaria 2022 ao redor de US\$ 65. "Esse patamar daria um bom alívio para a **inflação**." Inclusive, significaria uma queda de 16% na comparação com o valor registrado no fim de 2021. O cenário, no entanto, mudou mais uma vez, e o petróleo, seu efeito na **inflação** e na atividade voltaram a se tornar uma preocupação para governos de todo o mundo.

REVIRAVOLTAS. Há 22 meses, sobrava petróleo no mundo.

Com a pandemia e países em lockdown, a demanda pelo produto despencou em 2020, os estoques ficaram abarrotados e, de repente, era preciso pagar para armazenar o óleo - o que fez o preço do WTI (tipo de petróleo produzido nos EUA) retrair.

O barril do Brent (um petróleo mais leve e que serve como principal referência global) caiu na época para menos de US\$ 20 - a primeira vez desde 2001 -, e a cotação parecia longe de se tornar um problema.

A demanda, porém, voltou muito mais rápido do que se previa, impulsionada por estímulos econômicos adotados por vários governos, e os países produtores não acompanharam o ritmo. Agora, quando se esperava uma acomodação, o preço voltou a disparar.

"Se houver um conflito, o céu é o limite (para a cotação).

Caso não haja, provavelmente estamos perto do pico. A conclusão é de que, nos próximos meses, o preço ainda vai ser alto.

Se não tiver guerra e o Banco Central dos EUA aumentar o juro, é possível que a demanda esfrie um pouco", diz José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O que esperar de 2022? (Artigo)

**Paulo Gala**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
O que esperar de 2022?

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Desemprego e urnas

**FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Diversificação chinesa ameaça as vendas brasileiras

**Marcelo Osakabe**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187140?page=18&section=1)